

MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE

Nº 19-junho/2008



Fazendo girar

Protagonistas de momentos importantes da história, os jovens não se curvam a fórmulas prontas e encontram meios de renovar a cada dia a luta para transformar o Brasil



Uma Caravana da UNE pela saúde da juventude

A reforma universitária em foco

A cena independente na música mudou a parada de sucessos

Educação de qualidade:



O Plano de Desenvolvimento da Educação completa um ano. E as primeiras conquistas já podem ser comemoradas: a adesão de todos e a visão comum de que um país se faz com uma educação de qualidade. O envolvimento não só dos gestores federais, mas também dos governos estaduais e municipais, professores, diretores, funcionários, sociedade organizada, pais e, finalmente, dos estudantes, é fundamental para que as mudanças aconteçam. A meta é equiparar os indicadores educacionais brasileiros aos das nações mais desenvolvidas do mundo até 2022. Para isso, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, já desenvolve mais de 40 ações com o objetivo de melhorar a qualidade da educação pública no Brasil. A seguir, algumas das principais conquistas do PDE depois de um ano de sua implementação.

Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

Todos os 26 estados e o Distrito Federal aderiram ao Compromisso Todos pela Educação. Isso significa que os gestores estaduais se comprometeram a colocar em prática as 28 diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Educação, entre elas, a alfabetização obrigatória das crianças até os oito anos de idade; o combate à repetência e à evasão; a promoção da educação infantil; e a fixação de regras claras, mérito e desempenho considerados, para nomeação de diretores de escola. Dos 5.563 municípios brasileiros, 98% aderiram ao compromisso. Até o fim do ano, o Governo Federal espera que todos os estados e pelo menos 90% dos municípios tenham seu Plano de Ações Articuladas (PAR) aprovado. Em 2007, os 38 municípios que firmaram convênios com o Ministério da Educação, por meio desse instrumento, receberam mais de R\$ 450 milhões.

Fundeb

Com a aprovação do Fundeb, o Governo Federal passou a financiar também a educação infantil e o ensino médio. Além disso, ganhou um instrumento efetivo para confrontar o desequilíbrio regional e permitir que os recursos federais sejam destinados aos estados e aos municípios que mais precisam. Em 2007, foram alocados R\$ 2 bilhões, que atenderam os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Foram beneficiados mais de 35 milhões de estudantes. Em 2008, a complementação da União deve atingir R\$ 3,2 bilhões e mais de 40 milhões de estudantes.

Proinfância

Quanto mais precocemente as crianças forem para a escola, mais fácil será para elas desenvolverem suas competências e habilidades. Por acreditar nisso, o Governo Federal e o Ministério da Educação passaram a investir em creches e equipamentos de educação infantil nos municípios. Em 2007, foram empenhadas 515 unidades, em 499 municípios, ao custo de R\$ 361 milhões. Para 2008, serão 500 novas unidades em 500 municípios.

Provinha Brasil

Em abril, o Ministério da Educação disponibilizou, para todas as redes estaduais e municipais de ensino, um instrumento de avaliação da alfabetização dos anos iniciais do ensino fundamental, principalmente para aqueles municípios com menores indicadores de aprendizagem. A Provinha Brasil tem como objetivo prevenir o diagnóstico tardio das dificuldades de aprendizagem.

Prova Brasil

Trata-se do mais importante instrumento de avaliação do ensino fundamental. Avalia alunos do quinto e do nono ano do ensino fundamental, em escolas públicas urbanas com mais de 20 alunos. São 175 mil turmas, 45 mil escolas e 4,5 milhões de alunos. O resultado é universal e oferece resultados para o país como um todo, para cada estado, cada município e cada escola. Esses resultados são a base de cálculo do Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. A meta proposta é alcançar 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental em 2022.

Educacenso

O Ministério da Educação implantou o Educacenso, o maior censo exclusivamente educacional do mundo, totalmente digitalizado. Foram censoadas 198 mil escolas e 53 milhões de estudantes da educação básica, com dados individualizados também para professores e turmas. Essa informação é fundamental para o cálculo do Ideb.

Olimpíada de Matemática

A edição de 2008 está em fase de inscrições. Na edição de 2007, participaram 38.450 escolas, mais de 17,3 milhões de estudantes das escolas públicas matriculados no sexto e no nono ano do ensino fundamental e no ensino médio. O objetivo é identificar talentos e aptidões.

Saiba mais sobre o PDE pelo site www.mec.gov.br



compromisso de todos.

Olimpíada de Língua Portuguesa

Está sendo realizada em parceria com a Fundação Itaú Social. Mais de 98% das escolas municipais de todo o país já aderiram. São esperados mais de 6 milhões de alunos das oficinas de redação nas escolas. O objetivo é valorizar a aprendizagem em língua portuguesa.

Caminho da Escola

O Governo Federal implantou um programa de transporte escolar para alunos da educação básica, mediante a renovação e a ampliação da frota, a padronização de veículos para segurança dos estudantes e a redução dos custos de aquisição. Está prevista a aquisição, com recursos do BNDES, de 15 mil veículos entre 2007 e 2011. Até o mês de março de 2008, foram habilitados 1.623 municípios, o que totaliza um valor superior a R\$ 627 milhões aplicados.

Mais Educação

A meta do Ministério da Educação é atender 1,5 milhão de alunos do ensino fundamental com educação integral, em 47 cidades, entre capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 200 mil habitantes. Em 2008, estão sendo investidos R\$ 60 milhões para ampliar as atividades pedagógicas em 2 mil escolas.

ProInfo

O Governo Federal implanta, até o fim deste ano, laboratórios de informática em todas as escolas de ensino médio e nas escolas urbanas e rurais do sexto ao nono ano. Até 2010, todas as escolas públicas de ensino fundamental estarão equipadas com laboratórios. O Programa Banda Larga nas Escolas permitirá, até 2010, que 55 mil escolas estejam conectadas à internet. Além disso, neste ano estão sendo capacitados mais de 100 mil professores para a ferramenta digital, e serão mais de 400 mil até 2010.

Brasil Alfabetizado

Em 2007, o Programa Brasil Alfabetizado alcançou 1.076 municípios dos 1.103 considerados prioritários, cujos índices de analfabetismo eram de 35% ou mais. Nos últimos meses, foram cadastrados 90 mil alfabetizadores e 1,3 milhão de jovens e adultos que não sabiam ler e escrever. Em 2008, a prioridade será ampliada para 1.900 municípios com índice de analfabetismo superior a 25%.

Ensino técnico e profissional

Com a ampliação da rede federal de ensino técnico e profissional, o Governo Federal e o Ministério da Educação terão implantadas, até 2010, mais 214 novas escolas espalhadas por todo o território nacional, o que totalizará 354 escolas técnicas. Serão mais de 500 mil alunos atendidos.

Brasil Profissionalizado

Para incentivar a expansão de matrículas no ensino profissional das redes públicas, estaduais e municipais, o Ministério da Educação lançou o Programa Brasil Profissionalizado. Serão investidos R\$ 900 milhões, nos próximos quatro anos, na construção ou na reforma de escolas públicas de ensino médio integrado. A meta é atender 800 mil alunos, capacitar 14 mil professores e construir 2.500 laboratórios em todo o país.

Universidade Aberta do Brasil

O Ministério da Educação implantou a Universidade Aberta do Brasil, com o objetivo, sobretudo, de dar formação e especialização aos professores da rede pública de ensino. Em 2007, foram 290 projetos de pólos de educação a distância aprovados e implementados, com 30 mil alunos. Neste ano, serão mais 270 pólos, com mais 90 mil alunos. Até 2011, serão 900 pólos espalhados por todo o país, com mais de 600 mil alunos.

Piso salarial do magistério

O Governo Federal encaminhou um projeto de lei que recupera o acordo formulado em 1994 entre gestores e trabalhadores da educação e estabelece um vencimento mínimo inicial para a carreira docente. Essa iniciativa atende a uma reivindicação histórica e estabelece o piso da categoria em R\$ 950.

Expansão das universidades federais

Foram criadas dez novas universidades federais e 88 campi universitários. A meta é atingir 155 mil novas matrículas e a geração de pelo menos 35 mil novas vagas anuais.

Reuni

Em 2007, todas as 53 universidades federais aderiram ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. O objetivo do Ministério da Educação é implementar cursos noturnos, valorizar as licenciaturas, criar mobilidade acadêmica, investir em obras de infra-estrutura e modernização de laboratórios e ambientes educacionais.

ProUni/Fies

Entre 2005 e 2008, o ProUni beneficiou mais de 385 mil estudantes universitários na rede privada de ensino. Cerca de 45% deles são afrodescendentes. O Fies beneficiou, entre 1999 e 2007, mais de 500 mil universitários. E, em 2008, serão mais 100 mil financiamentos, agora com o mecanismo da fiança solidária, carência de seis meses após a formatura e a dilatação do prazo de pagamento para duas vezes o tempo gasto na formação. Além disso, o Fies hoje pode financiar até 100% do valor das anuidades.

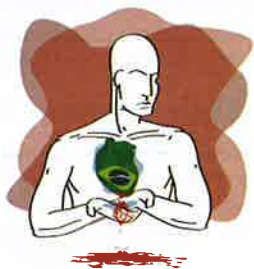
Informações: 0800 616161

Ministério
da Educação



Editorial

05. Nossa voz vem das ruas e das universidades



Brasil

06. Meu tempo é hoje - Entrevista com Zuenir Ventura

11. Anistia: O Brasil reconstrói sua história

16. Ano 68: Muita história pra contar

18. Novos tempos, novos desafios

22. Quero saúde pra gozar no final

América Latina

26. Uma brasileira pela Paz



Educação

28. ProUni

32. Reformar a Universidade de Norte a Sul

Cultura

37. Esquentando os tambores da 6ª Bial da UNE

38. A nova parada de sucessos

42. Procurando o Cinema Brasileiro



Retrato

46. A Amazônia é Nossa!

Sede nacional da UNE:

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP CEP: 04101-200 - Fone/fax: (11) 5574-7145

Prais do Flamengo, 132 - Rio de Janeiro - RJ

Sítio na Internet: www.une.org.br

A UNE é adepta do *copyleft*. Todas as matérias aqui publicadas podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.



Expediente

A revista **Movimento** é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

Diretoria Executiva

Presidente

Lucia Stumpf

Vice-Presidente

Tales de Castro

1º Vice-Presidente

Bruno de Oliveira Elias

2º Vice-Presidente

Riden Alburquerque

Secretário-Geral

Ubiratan Cassano

Tesoureiro Geral

Harlen Oliveira

1º Tesoureiro

Gabriel Alves

Diretor de Comunicação

Rafael Chagas

1ª Diretora de Comunicação

Luana Bonone

Diretor de Assintência Estudantil

Ronaldo Pinto Junior

Diretora de Políticas Educacionais

Camila Marcarini

1º Diretor de Políticas Educacionais

Orlando Lindório

Diretor de Univ. Particulares

Débora Pereira

Diretora de Univ. Públicas

Flávia Calé

Diretor de Cultura

Rafael Simões

Diretor de Relações Internacionais

Alcides dos Anjos Leitão (Jesus)

Diretor de Movimentos Sociais

Juliano Medeiros

Edição

Edição: Renata Mielli;

Textos: Renata Mielli, Daniele Moraes; Fernando Pestana; Priscila Lobregatte.

Projeto Gráfico: Maria Figaro;

Direção de Arte: Vandrê Fernandes (Circus);

Ilustrações: Daniel Lopes (Circus)

Tiragem:

40 mil exemplares

EDITORIAL

Nossa voz vem das ruas e das universidades

Somos milhões, centenas de milhões, mas em muitos momentos da história nossa voz foi calada à força. Insistimos em gritar, chegamos a ficar roucos, mas persistimos. Em outros períodos, conquistamos o direito de falar e, ainda que não inteiramente, fomos ouvidos.

Nós somos os estudantes, a juventude e, porque não dizer, todo o povo brasileiro. Nossa trajetória é a da luta pela transformação que aflorou de acordo com cada momento histórico vivido pelo País. Há 40 anos, pegamos em armas para rechaçar a ditadura. Hoje, estamos nas ruas pela Reforma Universitária, ocupamos reitorias, estamos na luta contra a homofobia, em defesa da Amazônia brasileira, do software livre, no movimento cultural, e em tantas outras frentes.

É mostrando que permanecemos ativos e organizados, que *Movimento* rende sua homenagem àquela geração de 68 que foi ao limite para defender o Brasil. Ao contrário do que os conservadores, parte da grande mídia e os que fazem a apologia do individualismo tentam cunhar, reafirmamos que a juventude está atuante e que sim, o movimento estudantil existe e está tão forte quanto antes.

Para ser igual, tem que ser diferente, disse Caetano Veloso ao jornalista e escritor Zuenir Ventura ao ser questionado sobre a possibilidade de um novo 68. Em entrevista à *Movimento*, Zuenir refletiu com sua sabedoria esse mesmo pensamento, colocando uma pá de cal nos que se sentem saudosos dos movimentos armados.

A UNE resgata a memória política do País ao participar da Caravana da Anistia, que está percorrendo o Brasil e reparando os crimes cometidos em nome do Estado. A UNE também está na estrada para discutir com os estudantes temas importantes como o consumo de drogas, o uso abusivo do álcool, a legalização do aborto e aspectos relacionados à saúde da juventude, a partir da reafirmação e ampliação do Sistema Único de Saúde.

Movimento dá continuidade, nesta edição, ao importante debate sobre a Reforma Universitária. Faz um levantamento sobre as políticas do governo federal para o Ensino Superior, os avanços obtidos com a inclusão das camadas populares nas universidades — a partir de programas como o ProUni —, e a política de expansão de vagas do Reuni. No fechamento desta edição, o projeto de Reserva de Vagas estava aguardando para ser votado no Congresso Nacional. Sua aprovação é mais uma vitória dos estudantes na luta pela democratização do acesso aos bancos universitários. Levanta, também, os problemas que ainda exigem luta para serem enfrentados, como a regulamentação do Ensino Privado.

No nosso tempo, novos tempos, a discussão da revolução tecnológica avança rapidamente sobre a produção artística e cultural. *Movimento* aborda o tema a partir do boom da música independente propiciado pelas redes de colaboração.

Boa leitura
Lucia Stumpf
Presidente da UNE

Meu tempo

O escritor e jornalista Zuenir Ventura acaba de lançar o livro "1968 - O que fizemos de nós". Nele, especula o que aconteceu com aquela geração que sonhava em mudar o mundo. Percebeu que muitos deles mudaram. Mas o mundo também mudou e mudaram os desafios. Hoje a luta não é contra, mas a favor da vida, sempre sonhando com um mundo melhor.

Por Renata Mielli



“Pô, pensei que falaríamos meia-hora, mas foi tão legal, nem vimos o tempo passar”, constatou o escritor e jornalista Zuenir Ventura ao final da entrevista que concedeu, por telefone, à revista *Movimento*.

Com uma agenda assoberbada, viajando para várias capitais e municípios do interior do País para lançar seu novo livro *1968 - O que fizemos de nós*, Zuenir, aos 78 anos, não transparece nenhum cansaço, ao contrário, tem a voz de um rapaz empolgado com a nova empreitada e disposto a dar a sua

contribuição para manter a chama do sonho de construção de um mundo melhor acesa.

É autor do *best-seller* *1968 - O ano que não terminou*, um dos primeiros livros que trouxe à tona os intensos acontecimentos que marcaram a história do País e do movimento estudantil naquele ano.

Prêmio Esso de Jornalismo pela série de reportagens que fez sobre

Chico Mendes, Zuenir Ventura é avesso a qualquer comodismo e vai fundo na pesquisa dos temas nos quais está trabalhando. Para escrever seu último livro e falar um pouco da juventude dos dias de hoje, despiu-se de qualquer preconceito e foi há uma *rave* para ver, viver e se divertir com os jovens.

Zuenir falou à *Movimento* sobre a geração de 68, mas sempre se referindo à herança deixada por aqueles que “lutaram heróicamente contra a ditadura”. O foco do jornalista não é virar e revirar o passado, mas sim, a partir dele, tentar compreender um pouco melhor a juventude e o mundo de hoje, tão transformados pela globalização, pela internet e pelas novas tecnologias.

O livro 1968 - O ano que não terminou foi fruto de uma série de reportagens chamada 1960 - A década que mudou tudo. De que mudanças você se refere?

Muito do avanço de comportamento dos anos 60 que a gente atribui às idéias e às mentalidades, tinha como suporte a ciência. Naquele período a ciência e a tecnologia avançaram como poucas vezes na história da humanidade, isso realmente mudou tudo. Um exemplo que hoje pode parecer banal, foi a ida do homem à Lua. O homem poder sair da Terra, olhar para ela e dizer a Terra é azul contém uma carga simbólica imensa. ‘Um pequeno passo para um homem, um grande passo

é hoje



para a humanidade'. Na época as pessoas não acreditavam, até hoje tem gente que não acredita. A descoberta da pílula anticoncepcional foi outro avanço. Esses e muitos outros avanços que poderia citar representaram uma clivagem na história. Foi uma década que realmente condensou, como também o ano [68] muita novidade. Eu acho até que de certa maneira avançou muito, fomos longe demais e hoje a gente está até vendo um certo regressismo.

Muitos dos que condenam a juventude de apatia, alienação, individualismo e taxam o movimento estudantil de imobilista se dizem saudosistas da geração de 68. Você se sente saudoso? Não seria leviano exigir dos jovens do ano 2000 um comportamento igual ao daqueles que viveram sob condições totalmente extremas e diversas?

Eu realmente não sou nostálgico. Eu gosto de usar uma frase do Paulinho da Viola que diz 'meu tempo é hoje'. O passado é importante para projetar o futuro e entender um pouco do presente, mas não podemos ficar presos a ele e nem tentar repetir experiências, métodos. Não podemos mimetizar 68. Às vezes o jovem tem aquilo que eu chamo da nostalgia do não vivido. Eu falo muito com jovem e digo - "olha cara, você não tem que ficar sonhando com 68, ele

“Eu tenho muita cautela, porque nosso

não é exatamente aquilo que vocês estão pensando, aquele paraíso”. Quando olhamos o passado, tendemos a idealizar. Isso é um risco muito grande. Com relação ao movimento estudantil eu procuro ter um olhar crítico, mas não por não ter repetido 68, mas por não ter encontrado, talvez, formas próprias e atualizadas de participação, de intervenção na sociedade. Numa atividade em Belo Horizonte, eu dialoguei com a Lúcia [Stumpf] e acho que ela tem razão. Ela fez um discurso mostrando que os estudantes estão vivos. Agora, as condições são outras, os métodos são outros, o País é outro, os jovens. Em 68 e em toda aquela década, a UNE teve um papel realmente fundamental como ator político e social, como motor de transformações. Mas reproduzir isso hoje não dá.

Você disse, em certa ocasião, que não há hoje a geração, mas tribos, galeras. Em 68 também não era um pouco assim?

Sim, mas era diferente. Evidente que em 1968 só 10% da juventude poderia ser enquadrada no conceito de geração de 68. Mas, o que ficou de emblemático foi a geração de 68 englobando tudo isso. Não havia antagonismo entre esses movimentos (a tribo do rock n’roll, das feministas, os mais politizados, o pessoal do cinema, das comunidades alternativas), tudo convergia para a geração de 68. Hoje, esse aspecto emblemático realmente mudou, até porque a sociedade é muito mais segmentada, aliás uma das características da chamada pós-modernidade é que

se segmenta tudo, no discurso, na composição dos grupos. Podemos até dizer que, de certa maneira, isso começa em 68, agora não tinha como característica emblemática o que tem hoje. A geração de 68 era tão abrangente e tão inclusiva que até o conceito de geração não era feito por idade, mas por afinidade. Tinha o Alceu Amoroso Lima, que era um velhinho; Sobral Pinto, o Hélio Pelegrino, que fez um discurso na passeata dos 100 mil. Ou seja, pessoas que estavam fora do esquema etário da geração de 68, no entanto, eram geração de 68. Hoje o mundo todo é fragmen-

tado, é segmentado.

Você vê isso com um conteúdo negativo?

No extremo sim. Quando essa subjetividade, ou esse individualismo pode chegar a um extremo autista, onde você se isola da sociedade, do outro, isso pode ser uma coisa negativa. Eu falo tudo isso com o maior cuidado, porque eu acho que quem pode falar sobre vocês são vocês mesmos. Por exemplo, a Internet não pode ser um instrumento de fuga. Alguém que passa 16, 18 horas na frente da Internet não para se



olhar é contaminado de preconceito”

comunicar, mas para se isolar, isso é ruim. Mas não critico os que ficam na Internet, porque ela é um instrumento de comunicação, e às vezes a pessoa fica na Internet se comunicando. Por isso, é preciso cuidado quando se critica esse comportamento dos jovens. Eu tenho muita cautela, porque o nosso olhar é contaminado de preconceito. Aprendi muito conversando com os jovens e, sobretudo, conversando com um cara que é realmente sensacional, o psicanalista João Batista Ferreira, que foi importante na passeata dos 100

mil. Ele foi o padre da passeata, fizemos parte da comissão que foi ao Costa e Silva. Hoje ele é psicanalista de jovens e deposita a maior fé na juventude. Ele me disse que tem um 68 dentro de 2008. E tem um *link* curiosíssimo, porque depois, entrevistando o Caetano [Veloso], eu perguntei: “vem cá, você acha que tem possibilidade de acontecer um novo 68?”. Ele disse uma frase que é realmente uma síntese: “para ser parecido tem que ser muito diferente”. É de uma profundidade enorme, ou seja, a gente fica esperando repetir 68 mas, enquanto isso, pode estar havendo alguma coisa diferente e muito importante para a qual fechamos os olhos e viramos as costas. O impulso do pai é o filho ser igual a ele “Narciso acha feio o que não é espelho”. Então eu falo com muito cuidado, muito mais uma provocação para discutirmos. Mas tem um dado novo nessa história que a gente precisa considerar. Em 68 se acreditava no futuro, havia essa noção de projeto, ou seja, de você olhar para frente. Hoje você não sabe se daqui a 40 anos o planeta vai estar vivo, ninguém dá essa garantia para o jovem de que tem que apostar no futuro. Há uma insegurança, uma inquietação, uma certa ameaça no ar que você diz “pô, como você pode querer que esse jovem pense no futuro, ele está pensando muito mais no presente, até porque o futuro realmente é completamente incerto”.

Como a juventude caminha em direção a esta utopia se não está claro o que perseguir,

o que ser combatido. O que combater hoje? Em 68 se combatia a ditadura? Hoje o que se combate?

Outra lição dessa pesquisa que eu fiz nós últimos anos. Naquela época se combatia contra. Hoje há muita coisa para combater a favor. A luta pela preservação do planeta, pela vida. Eu acho que essa causa nos permite agir concretamente, politicamente e cotidianamente. Agora, é mais fácil ir contra do que ir a favor. O charme que tinha em 68 era que, por contraditório que possa parecer, havia uma ditadura a combater. Era mais fácil, hoje você não tem isso. Quer dizer, há a ditadura do mercado, mas ela é mais difusa. Outra característica de hoje é que tudo é ambíguo. Não é como naquela época que havia a guerra fria, no Brasil tinha uma ditadura, não havia a menor dúvida de lutar contra ela, heroicamente inclusive. Os riscos da militância política eram muito maiores, mas você tinha aquele impulso heróico para se fazer isso. Hoje realmente não se tem, é tudo mais complicado. Mas temos que buscar.

Em 1992, houve o movimento dos Caras-pintadas que, pós-68, talvez tenha sido o maior liderado pela UNE. Muitos tentam desqualificar aquele momento argumentando que a grande maioria dos estudantes que participavam iam para namorar, para matar aula, que não sabiam o que estava acontecendo, eram massa de manobra. Você concorda com



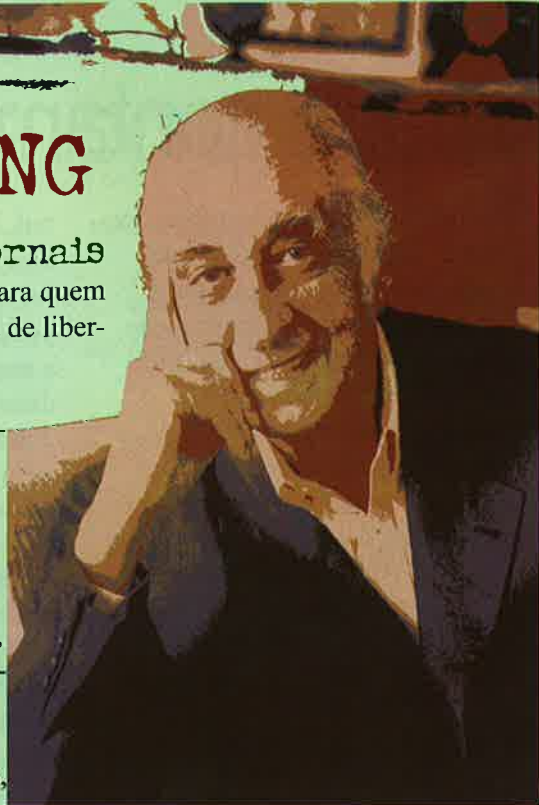
essa avaliação? Por acaso em 68 a totalidade da juventude que saía às ruas era de militantes engajados, estavam todos conscientes e sabendo o que estavam fazendo ali?

Não. Uma das coisas mais simpáticas de 68 era exatamente a festa. Transformar a militância não numa coisa careta, séria, carrancuda. Aquele movimento buscava ser mais simpático, juntar o prazer e militância, ser um momento de gozo, de alegria, de ser uma coisa festiva. Foi nessa época que se inventou, como ofensa, o termo a “Esquerda Festiva”, para tentar desqualificar aquele movimento. Em 92, eu fui um dos que, na época, escrevi que havia acontecido ali uma troca de geração. Finalmente 68 tinha entregue a bandeira, o movimento de 68 tinha encontrado o seu substituto. No livro eu até falo disso. Eu achei que estava surgindo ali uma coisa mais duradoura, mas eu me enganei. O que surgia de mais duradouro era a cultura da periferia. Os caras-pintadas foi um movimento importante. É uma besteira achar que foram massa de manobra. A juventude protagonizou um feito inédito no Brasil que foi a derrubada de um presidente corrupto. Claro que aqueles jovens sabiam o que estavam fazendo, até muito mais que a gente. Eu achava que aquela garotada ia ter algumas outras características do que compõem uma geração, ter idéias, projetos, toda uma coisa mais orgânica, e eu acho que isso não tinha. Ao lado disso, estava surgindo esse outro movimento que tinha menos visibilidade e quando tinha era estigmatizado, que eram os jovens da periferia.

PINGO PONG

A censura nos jornais
A pior coisa que pode existir para quem escreve e se comunica é a falta de liberdade.

As drogas – A herança maldita daquela época até hoje. Havia uma crença ingênua de que as drogas eram uma possibilidade de expansão da consciência. Hoje elas são um instrumento de morte, dominadas que são pelas multinacionais do narcotráfico. E o pior, é que a gente também não sabe como lidar com elas, como combatê-las. A política que a gente usa, essa do enfrentamento e da guerra, é inteiramente errada e ineficaz.



Votar para presidente em 1989 – Foi realmente uma coisa importantíssima por ter sido a primeira vez que votávamos depois de duas décadas, mas foi seguida de uma grande frustração: a de ter escolhido errado. De qualquer maneira, democracia é isso. É um jogo de erros e acertos, um aprendizado permanente, ela não é dada, não cai do céu, é uma construção de cada um de nós.

Ter escrito um best-seller sobre 1968 – Me cria uma grande responsabilidade. O ano parece que não quer terminar (risos). Às vezes, eu sou interpretado como advogado de 68 e eu não sou isso, sou também um crítico de 68. Agora não dá para jogar fora, botar no lixo da história e dizer acabou, porque ele continua. A maneira de se livrar dele é pela superação e não pelo cancelamento.

Ter ido a uma rave aos 76 anos – Foi um choque cultural como eu nunca tive. Realmente foi tudo diferente do que eu tinha visto de festa e olha que eu participei de muitas. Me provocou uma mudança em vários estereótipos. Nós, jornalistas, criamos muitos estereótipos. Eu tive dois choques culturais importantes na minha vida, um foi indo a um baile funk, em 1993, e agora na rave. Porque não tinha nada daquilo que eu lia nos jornais que nós mesmos escrevíamos.

Uma utopia – Continuar acreditando no sonho, que para mim não morreu. É aquilo que dizia o Freud, sonho é desejo. Deus me livre perder essa capacidade de sonhar não só do ponto de vista pessoal, mas do ponto de vista coletivo. É a gente jogar os pesadelos fora e ficar com o sonho.

O Brasil reconstrói sua história



Vinte e nove anos após a primeira lei, a anistia política ganha novo fôlego e ajuda a compreender um dos períodos mais terríveis da história nacional

Por Priscila Lobregatte



Lançamento da Caravana da Anistia, na sede da ABI, no Rio de Janeiro. Tarso Genro, Ministro da Justiça e os presidentes da ABI, da Comissão de Anistia e da UNE

O Brasil que sobreviveu à ditadura militar tem cicatrizes até hoje. Entre 1964 e 1985, o País viveu um de seus mais sombrios e arbitrários períodos: perseguições, prisões, torturas e mortes tornaram-se expedientes corriqueiros. Ainda hoje, o próprio Estado brasileiro tenta se reerguer, juntando seus cacos e assumindo com mais ênfase suas responsabilidades.

Nesta onda, recursos fundamentais para a reconstrução da recente história brasileira, como a anistia política e a luta pela abertura dos documentos secretos da ditadura, vêm ganhando cada vez mais força e legitimidade. “O sigilo eterno não serve para um Estado democrático de direito”, declarou o ministro da Justiça, Tarso Genro, durante sessão de julgamento de ex-estudantes ocorrida no terreno da UNE, em maio. Genro disse que está tratand

do desta questão com o ministro da Defesa, Nelson Jobim. “Estou aguardando parecer formal dele”, explicou.

Lúcia Stumpf, presidente da UNE, também aproveitou a oportunidade para pedir a abertura dos arquivos da ditadura. “É um passo essencial para que a atual geração consiga construir um futuro melhor e mais democrático. Devemos aproveitar os 40 anos de 1968 e o avanço dos trabalhos da Comissão para reivindicar do governo a abertura dos arquivos”.

Justiça aos perseguidos

É difícil, até hoje, dimensionar quantas foram as vítimas dos 21 anos do regime militar. Na Comissão de Anistia há 60 mil pedidos protocolados, dos quais 38 mil já foram apreciados nos oito anos de existência do órgão. Apenas em 2007, foram julgados mais de dez

mil, média de mais de 1.200 por mês, o dobro do realizado em 2006. Dos pedidos julgados, 25 mil foram deferidos e destes cerca de nove mil tiveram reparação econômica.

Como forma de aproximar a Comissão da população e assim fazer dos julgamentos um ato que vá além do cumprimento burocrático de suas atribuições e ganhe uma dimensão educativa e de resgate da história brasileira, o órgão tem saído cada vez mais do Palácio da Justiça, onde está sediado em Brasília. Uma das ações mais recentes foi o julgamento de seis ex-estudantes perseguidos durante a ditadura.

Reforçando a importância da sessão, os processos foram apreciados no terreno da UNE, na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, no dia 15 de maio. Lá, foram analisados os processos de Mario Magalhães Lobo Viana, Dione Damasceno, Olívia Rangel Joffilly, Solange Louren-

ço Gomes, Ana Maria Santos Rocha e Edson Menezes da Silva, todos deferidos por unanimidade.

Dione Damasceno, por exemplo, era estudante do sexto ano de Medicina na Universidade Federal de Goiás quando, em 1972, foi presa acusada de praticar “atividades subversivas”. Ficou detida por 15 dias, tempo suficiente para sofrer terríveis torturas. Dione recebeu choques elétricos nos mamilos, orelhas e órgão genital. Depois de libertada e temendo por sua vida, resolveu sair do País. Foi para a Alemanha em 1974 e só retornou ao Brasil em 1983. Aos 60 anos, Dione diz que o principal mérito da Anistia é “perpetuar essa história, tão bonita e ao mesmo tempo tão trágica, para que nada seja esquecido”.

Mais dramática foi a situação vivida por Solange Gomes. Era estudante de Psicologia na UFRJ e militante do MR-8 quando foi presa em 1971 e sofreu torturas físicas e mentais. Como forma de fazer propaganda contra militantes da esquerda, os militares difundiram a história de que a estudante teria se arrependido da militância e entregado colegas, fato que agravou seu sofrimento. Entre 1972 e 1973, ficou presa em um manicômio e depois de solta, casou-se e cursou Medicina. Porém, nunca se livrou dos fantasmas daquela época. Em 1982, perturbada, jogou-se da janela de seu apartamento e morreu logo depois. Agora, Solange é anistiada política *post mortem* e sua família recebeu o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelos seus sofrimentos e suicídio.

Anistia ampla, geral e irrestrita?

Chegar à atual aplicação da anistia política só foi

possível graças à luta travada por diversos setores da sociedade ainda durante a ditadura militar e que resultaram na primeira legislação sobre o assunto. Em 27 de junho de 1979, o presidente João Figueiredo assinava projeto a ser enviado para aprovação do Congresso.

Parlamentares, intelectuais, sindicalistas, estudantes, presos políticos e sociedade civil criticaram o projeto por ser considerado burocrático, discriminatório e restritivo. Seu texto excluía do direito à anistia alguns condenados pela ditadura e não permitia libertar os presos políticos. Outros questionaram o alcance da lei aos torturadores. “O projeto está eivado de grave contradição: anistia-se o homicídio, o constrangimento ilegal, em suma, a violência cometida em nome do Estado e praticada nos gabinetes de tortura, sob o manto da impunidade garantida pelo regime de exceção; porém, anistiados não são os que recorreram à violência na luta contra o regime”, assinalou o deputado

Pacheco Chaves (MDB-SP).

Com algumas emendas acatadas, mas um texto bastante limitado, a Lei de Anistia, de número 6.683, foi sancionada no dia 28 de agosto de 1979. Apesar de sua fragilidade, a aprovação da lei foi um passo importante para a redemocratização do País. Na avaliação de Paulo Abrão Pires Junior, presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, “as leis são produtos históricos de seu tempo. No Brasil a legislação possível à época, na correlação de forças sociais, foi aquela”.

Questionado sobre a anistia aos agentes agressores do Estado, Pires Junior ressaltou que “a possibilidade de mudar as leis depende de readequações dessas correlações de força, mas deve-se sempre ter o cuidado para não transformar o processo de mudança legislativa num campo de batalha onde se busca uma revanche”. Segundo ele, “hoje



caberia ao Poder Judiciário brasileiro definir se a atual Constituição recepcionou ou não o dispositivo da Lei de Anistia de 1979 no que tange à 'auto-anistia' dos agentes torturadores”.

Para a ex-perseguida anistiada e hoje deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG), “a anistia é uma importante conquista que, infelizmente, teve de abrir espaço para os que atacaram a democracia. A reversão desse processo não foi possível naquele momento porque o cenário era desfavorável”. Passados tantos anos, seria difícil, segundo ela, reverter a situação dos criminosos que atuaram durante a ditadura.

Nova lei em novos tempos

As limitações da Lei de Anistia de 1979 continuaram sendo alvo de críticas. O processo de mudanças foi longo, envolveu parlamentares, sociedade civil, movimentos sociais e resultou na sua forma atual.

Em 2001, para melhorar a aplicação da lei e dar maior celeridade aos processos, foi criada a Comissão de Anistia. “O foco central de nosso trabalho é o reconhecimento oficial por parte do Estado de que errou ao perseguir aqueles que não

apoiavam o regime, dizer que ninguém pode ser cerceado por pensar diferente e valorizar as conquistas relativas ao exercício de nossas liberdades democráticas”, explica Pires Junior, nomeado presidente da Comissão em abril de 2007.

A atual lei da Anistia – 10.559 de 2002 – determina ao anistiado, entre outros pontos, a indenização, readmissão ou a promoção na inatividade para trabalhadores e a conclusão do curso, para o caso de estudantes prejudicados. No que diz respeito à reparação econômica, a lei prevê dois tipos. A primeira é a prestação única no valor de 30 salários mínimos por ano de punição aos anistiados políticos que não puderem comprovar vínculos com a atividade laboral e o teto máximo de tal prestação é de R\$ 100 mil reais. Aos que conseguem comprovar o vínculo, a lei estabelece a prestação mensal, permanente e continuada, igual ao da remuneração que o anistiado receberia se na ativa estivesse.

Apesar das regras, houve casos em que as indenizações acabaram sendo altas demais, gerando mal-estar e críticas duras à Comissão de Anistia. “Para garantir a redução das

desproporções, passamos a usar valores de mercado de ilibados institutos de pesquisa, no lugar de declarações individuais, para fixar os valores e passamos a nos valer com mais frequência do princípio constitucional da razoabilidade”, explica Paulo Abrão Pires Junior. “Deste modo, podemos garantir que o justo direito à reparação dos perseguidos não seja acintoso para todos os brasileiros que vivem em desvantajosa situação econômica e também possuem direito a que parcelas do orçamento estatal sejam destinadas a programas que os tirem da miséria”, completa.

O presidente, no entanto, adverte: “há muita distorção e desinformação prestadas por parte da mídia brasileira. A média das indenizações concedidas pela Comissão é de R\$ 3.650,00 a título de prestação mensal”.

Apesar do seu aperfeiçoamento, a lei ainda apresenta problemas. Segundo Pires Junior, um dos principais está na diferenciação entre os que tinham e os que não tinham vínculo empregatício. “Isso cria assimetrias. Um estudante duramente perseguido será enquadrado no primeiro caso (prestação única); uma pessoa que criticou o chefe por ter aderido ao

Foto: Priscila Lobregatte



Sessão de Anistia na sede da UNE.

regime e foi demitida se enquadrará na segunda (prestação mensal)”.

Democracia perturbadora

Nome dos mais importantes da cultura nacional, o dramaturgo e produtor teatral Augusto Boal foi anistiado em 2005. Após a decretação do AI-5, Boal teve peças proibidas e censuradas. Ele foi detido em 1971 e levado ao Dops de São Paulo, onde sofreu torturas. Após sua libertação, exilou-se na Argentina.

Avesso às críticas feitas à Lei da Anistia e à concessão de indenização, o dramaturgo questiona: “será que naquela época essas pessoas se preocuparam em condenar a ditadura militar e a depredação econômica causada pelo regime?”. Para ele, esse tipo de posicionamento é parte de uma campanha para “esconder o assalto” que foi feito ao dinheiro público durante a ditadura e mesmo depois dela, “com a venda de patrimônios nacionais que são do povo” no período das privatizações. “Os perseguidos recorrem à anistia dentro de um processo democrático e legal”, defende.

Paulo Abrão Pires Junior, por sua vez, não se surpreende com tais questionamentos. “Essas opiniões mais exaltadas são, geralmente, de setores que ficaram de braços cruzados durante a ditadura ou a apoiaram. Deles não podemos esperar nada diferente, já que é a própria democracia que os perturba”.

Além disso, reforça, “deve-se ter em mente que o direito à anistia foi previsto na Constituição de 1988 e sua regulamentação foi aprovada numa grande composição política no Congresso, por unanimidade. Desconsiderar isso é, em última análise, desconsiderar o processo democrático – e a Comissão de Anistia existe, justamente, para consolidar este processo”.

Com Caravana e Memorial, Comissão quer envolver a juventude

A jovialidade da Comissão de Anistia não está apenas na pouca idade de seu presidente, Paulo Abrão Pires Junior, 32 anos. Está presente também nas ações do órgão ligado ao Ministério da Justiça. Desde a posse, tanto Pires Junior quanto o ministro Tarso Genro têm buscado efetivar ações que dêem maior vivacidade à Comissão, aproximando a anistia do povo brasileiro – especialmente dos jovens –, contribuindo para a compreensão da história recente do País e acelerando o julgamento dos processos.

Focada nestes princípios, a Comissão tomou duas atitudes importantes. Uma delas é a instituição do Memorial da Anistia. O decreto de sua criação foi assinado durante a sessão ocorrida no terreno da UNE. Com essa iniciativa, a Comissão espera reunir todo seu acervo num espaço aberto ao público.

Outra novidade é a Caravana da Anistia, uma parceria com a UNE que visa levar à juventude mais conhecimento com relação ao assunto e envolvê-la no debate sobre a história do País. A Caravana vai percorrer todos os estados brasileiros até 2010 realizando julgamentos, atividades culturais e campanhas de arrecadação de documentos.

Sua primeira ação foi no dia 7 de abril, com o julgamento de jornalistas na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro. Até então, as sessões de julgamentos estavam limitadas às salas do Ministério da Justiça. A exceção, antes da criação da Caravana, foi o julgamento dos ex-presidentes da UNE Aldo Arantes (1961/63) e Jean Marc van der Weid (1969/71) durante o 50º Congresso da entidade, em julho de 2007.

“A missão da Comissão de Anistia é dupla: para com os perseguidos, reparar; para com a sociedade, fomentar o debate e avivar a memória de um período obscuro, para que a consolidação da democracia seja a mais ampla possível e não se volte a viver no Brasil períodos de repressão”, diz o presidente.

Lúcia Stumpf ressalta que a Caravana é uma tentativa de se “conhecer e interagir com esse processo de revisão de nosso passado. Precisamos conhecê-lo, saber tudo o que aconteceu nos porões da ditadura e dar nome aos personagens nefastos que a gente já conhece pelo relato de milhares de pessoas”.



Um ano que se eternizou pela intensidade, velocidade e ferocidade dos acontecimentos que, em sua maioria, foram protagonizados pelos jovens, Estudantes, em particular. Um fenômeno que se não foi mundial, foi ao menos internacional, numa época em que a globalização da sociedade interconectada ainda era coisa para o futuro.

O ano de 1968 já recebeu os mais variados adjetivos, alguns ensafam, inclusive, torná-lo substantivo, elevá-lo à condição de personalidade de uma década que alterou o mundo e preparou as bases para a era da mundialização da sociedade da informação.

Meia Oito foi produto de inúmeros ingredientes (avanços científicos e tecnológicos, luta pela liberdade, direitos civis, o feminismo, a polaridade da Guerra Fria) que influenciaram todos os campos da arte e levaram toda uma geração às ruas e praças.

Na França, nos Estados Unidos, no Brasil, os idiomas se encontraram nas mesmas palavras de ordem: Liberdade; É proibido proibir; Sejam realistas, exijam o impossível!; A política passa-se nas ruas.

Em particular no Brasil, a juventude, trabalhadores, intelectuais e artistas tinham um adversário bem definido: o regime militar. A luta contra a ditadura adquiriu contornos extremos e o País transformou-se, naquele 68, numa praça de guerra para defender a democracia e a liberdade, combatendo um regime cruel, que tentou calar à força toda uma nação.

Um dos marcos daquele ano de tantos acontecimentos foi a Passeata dos 100 mil, que tomou as ruas do Rio de Janeiro no dia 26 de junho. Outro foi o Congresso da UNE, em Ibiúna. Os que viveram aqueles momentos, escreveram com sua bravura seus nomes na história.

Movimento trás uma breve cronologia daquele ano e, com isso, presta uma homenagem e matém viva a memória daqueles personagens anônimos e famosos que conduziram a luta contra a ditadura.

Muita História Pra Contar



ANO

LADO A

JANEIRO

2/1 - O médico sul-africano Christiann Barnard realiza o primeiro transplante de coração bem-sucedido.

10/1 - Jimi Hendrix lança seu segundo disco "Axis: Bold as Love".

16/1 - Estréia no Rio a peça "Roda Viva", de Chico Buarque, dirigida por José Celso Martinez Corrêa

FEVEREIRO

7/2 - Na Alemanha, Bonn é palco de revolta estudantil que levaria a ocupação das universidades em março.

23/2 - Revista brasileira "Realidade" traz reportagem intitulada "Faça amor, não faça guerra: quem são os hippies".

MARÇO

8/3 - Estudantes poloneses protestam contra a censura; a Universidade de Varsóvia é fechada.

15/3 - São desapropriados, em Cuba, os últimos estabelecimentos privados -bares, livrarias e oficinas.

28/3 - Morre o estudante Edson Luíz em confronto com policiais durante manifestação no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro.

ABRIL

1/4 - Estudantes invadem a UnB.

4/4 - É assassinado a tiros, aos 39 anos, o pastor negro Martin Luther King. No dia seguinte, ocorrem conflitos raciais em 125 cidades, e a morte de 46 pessoas em Washington.

5/4 - É lançado, na Tchecoslováquia, o programa de reformas políticas que ficou conhecido como Primavera de Praga.

6/4 - Stanley Kubrick lança o filme "2001. Uma Odisséia no Espaço", que se tornou um dos maiores clássicos do cinema.

28/4 - Cerca de 60 mil manifestantes protestam, no Central Park, em Nova York, exigindo o fim da Guerra do Vietnã (1959-1975).

30/4 - Estréia na Broadway o musical "Hair".

MAIO

6/5 - As universidades de Paris são fechadas; primeiras barricadas no Quartier Latin são levantadas, resultando em 945 feridos e 422 prisões.

10/5 - Paris amanhece com o grafite "É proibido proibir" afixado em muros da cidade. Estudantes erguem barricadas de até 3 metros no Quartier Latin em episódio conhecido como "Noite das Barricadas".

13/5 - 100 mil estudantes e trabalhadores franceses decretam greve geral.

15/5 - 3 milhões de trabalhadores entram em greve no Reino Unido.

18/5 - Os cineastas Louis Malle, François Truffaut, Alain Resnais e Roman Polanski retiram seus filmes do Festival de Cannes em apoio aos estudantes.

JUNHO

4/6 - Na Iugoslávia, 20 mil estudantes ameaçam ocupar as universidades do país.

5/6 - É assassinado, aos 42 anos, o senador e candidato à Presidência dos EUA Robert Kennedy.

7/6 - A sede do jornal Corriere della Serra, em Roma, é invadida por 3 mil estudantes.

16/6 - A polícia francesa retoma à Sorbonne, até então ocupada pelos estudantes.

26/6 - É realizada, no Rio de Janeiro, a "Passeata dos Cem Mil", reunindo principalmente estudantes, intelectuais, artistas.

JULHO

18/7 - Integrantes da peça "Roda Viva" são agredidos no teatro Ruth Escobar, em São Paulo. A ação foi atribuída ao CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

30/7 - Confrontos entre 300 mil estudantes e policiais na Cidade do México.

AGOSTO

12/8 - É lançado, com um show em São Paulo, o disco-manifesto "Tropicália ou Panis et Circensis", de Caetano Veloso e Gilberto Gil, com convidados.

24/8 - A França explode, no oceano Pacífico, a sua primeira bomba de hidrogênio.

LADO B

SETEMBRO

15/9 - No 3º Festival Internacional da Canção "É proibido proibir" de Caetano Veloso e Gilberto Gil é vaiado. O mesmo aconteceria com a canção vencedora "Sabiá", de Chico Buarque e Tom Jobim. Neste Festival, a canção "Pra não dizer que não falei das flores", de Geraldo Vandré, se tornaria um hino da luta anti-ditadura.

18/9 - Protestos na Universidade do México deixam 18 mortos.

OUTUBRO

2/10 - Confronto entre estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em São Paulo, resulta na morte do estudante José Guimarães.

10/10 - A Assembléia Nacional da França realiza reformas no sistema educacional.

11/10 - Lançada a Apollo 7, primeira missão tripulada do projeto Apollo da Nasa.

12/10 - Cerca de 1.200 estudantes são presos em Ibiúna (São Paulo), quando realizavam clandestinamente o 30º Congresso da UNE.

15/10 - Dois atletas negros, Tommie Smith e John Carlos, vestem luvas pretas no pódio para receber suas medalhas durante as Olimpíadas do México e levantam os punhos cerrados para lembrar o movimento dos Panteras Negras.

NOVEMBRO

21/11 - O presidente Costa e Silva aprova a lei de censura de obras de teatro e cinema. É criado também o Conselho Superior de Censura.

22/11 - Chega às lojas, nos EUA, o "Álbum Branco" dos Beatles.

DEZEMBRO

13/12 - Entra em vigor o AI-5. O Congresso Nacional é colocado em recesso e vários parlamentares têm seus mandatos cassados.

24/12 - A Apollo 8 entra em órbita lunar produzindo o primeiro registro de um "nascer da Terra" visto da Lua.

NOVOS tempos,



No momento em que você estiver lendo esta revista, uma manifestação juvenil pode estar acontecendo em algum lugar do Brasil.

Você, provavelmente, não vai ler nada a respeito nos jornais, ou ver uma notícia na televisão, mas poderá

encontrar alguma coisa na internet, se procurar nos links certos.

Um exemplo disso foi a realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude, que mobilizou cerca de 400 mil jovens Brasil afora. A façanha vitoriosa que mostra a disposição da juventude em debater

temas relacionados às mais variadas áreas não foi notícia, pelo menos não na grande mídia. Os jornalões, tevês e grandes portais preferiram dar as costas para a mobilização da geração 08 e manter a linha de acusar a juventude de individualismo e alienação.

Ledo engano. Os jovens estão mais ativos que nunca e se utilizam das mais impensáveis ferramentas

NOVOS desafios

Por Renata Mielli

para lutar por suas bandeiras, sejam elas específicas ou gerais.

Muita diversidade

E haja bandeira. Tem os que atuam no movimento estudantil mais tradicional, participando de Centros Acadêmicos; tem os esportistas que estão em associações, clubes, atléticas; os que atuam na luta ambiental; os militantes dos direitos da mulher; os partidários de causas humanitárias; os que participam da luta contra a homofobia; contra a discriminação racial; em defesa do software livre; os que estão nos mais variados movimentos culturais; os que lutam pela Reforma Agrária... Poderíamos enumerar dezenas, centenas de causas que mobilizam a juventude brasileira e ainda correríamos o risco de deixar muitas de fora, tamanha a diversidade de bandeiras.

Então se há tanta mobilização porque essa tentativa de transmitir uma visão derrotista do movimento de juventude, em particular do movimento estudantil? Para o presidente do Conselho Nacional de Juventude, Danilo Moreira, quase todas as reflexões sobre a participação juvenil hoje vem acompanhadas por um estigma injusto, que para partem de dois pontos distintos: “um primeiro chamaria de cético/saudosista e o segundo marcadamente conservador. Os saudosistas, mesmo valorizando a militância juvenil, tentam transportar a importante participação política de outras gerações, como um modelo

para os jovens de hoje. Os conservadores dizem que fazer política é algo ruim e ultrapassado, reforçando um discurso individualista, no qual não cabem a organização coletiva e os sonhos de construção de outro tipo de sociedade. Eu considero a atual geração política como um geração criativa e vitoriosa, afinal de contas o Fora Collor, o Fórum Social Mundial, as passeatas contra a guerra no Iraque, a diversificação das formas de participação e organização, a eleição e reeleição de um operário para Presidência da República e até mesmo a realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude são marcas política importantes desta geração”.

Novos paradigmas de organização

“Nós vivemos numa sociedade em rede, como diz Castells, ou uma economia em rede como afirma Benckler, ou outros que afirmam que a gente vive numa sociedade do conhecimento, mas todos eles remetem a um mesmo processo que é a super valorização do conhecimento em detrimento das formas tangíveis, do bem material, industrial, o que de certa forma é verdade”, analisa Fabrício Solagna, estudante de sociologia e ativista do movimento em defesa do software livre. Ele argumenta que com a aprovação dos Tratados de Livre Comércio – Trips – da Organização Mundial do Comércio, em 1994, esse processo se inaugurou, porque

permitiu o patenteamento de processos mentais, “como por exemplo patentear software, que é um direito autoral, patentear genes humanos, o que revela essa escalada do capital sobre áreas que antes não eram reguladas, que estavam na circulação mercantil, mas não eram consideradas em si uma propriedade e muito menos uma propriedade passível de monopólio e reconhecida pelo estado na forma de uma patente. Tudo isso revela uma forma de organização social. Se você imaginar o software livre e movimentos ambientais e de acesso à saúde, todos têm dimensão mundial. Podem estar fragmentados em alguns sentidos, mas estão muito mais articulados em outros, na medida em que reconhecem que essa luta não tem haver com a pontualidade só de um regime político ou uma situação atual de um país específico, mas com essa lógica global que é o avanço do capital sobre áreas que antes não estavam reguladas”, salienta.

Toda essa fundamentação ajuda a desmistificar a idéia de que a fragmentação seria algo intrinsecamente ruim para a luta por transformações. A presidente da UNE, Lúcia Stumpf, considera que a participação da juventude em qualquer movimento que vise a transformação de alguma coisa deve ser valorizada e estimulada, inclusive pela UNE. “Temos que aproveitar desse bom momento de diversificação das pautas porque ele garante o envolvimento de um número maior de jovens, que se sentem



mais estimulados a participar de lutas em torno de suas pautas específicas”.

Ao mesmo tempo, Lúcia faz chama atenção para que esta tendência “é, em parte, um reflexo do individualismo que permeia a nossa sociedade, uma sociedade que faz com que você não enxergue o colega que está do seu lado como um amigo, mas como um adversário que disputa contigo a vaga no mercado de trabalho, no estágio. O que precisamos é unificar a compreensão de que, o que nos unifica é essa luta por um Brasil mais humano, onde haja espaço para todas as diversidades de pautas, para todas confluírem nessa grande transformação que temos que fazer. Precisa é dar liga para essas bandeiras, essa deve ser a contribuição e o objetivo da UNE.

De certa forma, essa compreensão começa a ser assimilada por esses movimentos. Isso se refletiu nas conclusões da Conferência Nacional de Juventude, que aprovou 22 prioridades envolvendo temas como educação, jovens com deficiência, meio-ambiente, cultura, trabalho, participação política, mulheres, juventude negra, etc. “Por outro lado, a palavra de ordem mais forte da plenária final foi: “1,2,3,4,5 mil, a juventude unida vai mudar esse Brasil”. E isso fala por si”, avalia o presidente do CNJ.

No movimento estudantil

Toda essa efervescência que está em curso entre a juventude também se reflete no movimento estudantil e na atuação da UNE. Diferente do que era no passado, em particular nos anos de chumbo, hoje o movimento estudantil está mais propositivo com relação as pautas educacionais. A avaliação da presidente da UNE é de que no último período o movimento tem alcançado grandes vitórias e avanços na luta por uma universidade mais democrática, com eleições diretas e paritárias para reitor, com a garantia de paridade também nos conselhos universitários e em todas as instâncias de deliberação das universidades”.

Ocupação, uma forma legítima de luta

Essa foi uma das bandeiras da ocupação da reitoria da UnB, e que teve repercussão nacional (box ao lado) pela retomada de um instrumento mais radical de mobilização. Desde a ocupação da reitoria da USP e de outras universidades a ação dos estudantes tem gerado polêmica. Ao ser questionada sobre o assunto, Lúcia Stumpf é enfática “o movimento estudantil não precisa agir dentro dos marcos legais, a subversão faz parte

da ação da juventude e faz parte das tarefas e dos desafios do movimento estudantil. Por isso, é correto sim que a juventude ocupe reitorias e faça mobilizações nas ruas para chamar a atenção da sociedade. A universidade brasileira não é só um problema dos poucos que conseguem acessar os seus bancos; o que acontece dentro da UNB e da USP não diz respeito só aos estudantes e professores daquelas universidades, porque é dali que surge o conhecimento que deve transformar o Brasil, nela se dá a formação de profissionais que devem atuar pela construção de um País com menos desigualdade. Por isso, é importante que todos participem desse debate e, se for preciso que a gente ocupe reitorias e tome atitudes mais contundentes para isso, não tenho dúvidas de que é uma forma legítima e correta de luta que deve continuar sendo empregada enquanto tiver sucesso”.

Os desafios de um novo tempo

Em 1968, o Brasil tinha aproximadamente 200 mil estudantes universitários, concentrados basicamente em instituições públicas que estavam sediadas nas grandes capitais brasileiras. Quarenta anos depois, o Brasil tem quase 5 milhões de estudantes universitários, numa rede de Ensino Superior marcada pela privatização – com um grande percentual das instituições privadas concentrando a maioria das matrículas –, e que está pulverizada pelo território nacional. Hoje, as universidades não estão apenas nos grandes centros urbanos.

Esse novo cenário tornou maior o desafio de capilarizar o movimento estudantil e atingir esse universo de estudantes. Esse é, segundo Lúcia Stumpf, um dos principais desafios da UNE na atualidade. “Hoje a entidade não fala mais para estudantes

de um mesmo círculo social como naquela época, em que o perfil dos estudantes era muito similar. Nós representamos um maior número de estudantes, e de perfil tão diverso: tem o estudante de classe médio, o jovem trabalhador que trabalha o dia inteiro e só estuda a noite porque sustenta a família, tem o jovem que tem condições de fazer estágio, tem o que está ligado na cultura, no hip-hop. A UNE tem que conseguir dialogar com esse conjunto de estudantes na sua estrutura e, para isso, tem que diversificar cada vez mais a sua pauta, para falar de fato aquilo que a galera quer ouvir. A UNE tem que se aproximar cada vez mais das pautas comportamentais, das pautas cotidianas, e fazer cada vez mais esse debate na sala de aula, buscar não só as estruturas tradicionais do movimento estudantil, não é só na eleição do CA que a gente tem que passar na sala de aula, nos grandes eventos, mas no cotidiano nos espaços criados que a gente tem que ocupar”, observa de forma crítica a presidente da UNE.

Essa nova mentalidade já está sendo posta em prática há alguns anos e tem tido importante resultado. Uma das ações que refletem esse novo posicionamento é a realização das Caravanas da UNE, iniciativa que começou em 2004 e já está se tornando uma tradição. “As caravanas estudantis são um momento em que a diretoria da UNE sai dos grandes centros em direção às universidades públicas e particulares do País, para conhecer mais a fundo a realidade dos estudantes, interagir com os movimentos locais e levar as preocupações da diretoria da UNE aos estudantes. É um momento privilegiado para captar as preocupações da juventude brasileira dentro e fora da universidade e trazer para a pauta da UNE as justas reivindicações que a galera faz dentro de cada instituição”, diz Lúcia.

As conquistas da ocupação

Muitas são as vitórias conquistadas pelos estudantes da UnB desde a ocupação da reitoria, em abril, iniciada a partir de denúncias do mau uso dos recursos da universidade pelo então reitor Timothy Mulholland. A primeira foi o afastamento, seguido de renúncia de Mulholland. A mais recente foi a aprovação no Conselho Universitário da UnB, por 35 votos a 27, da paridade entre alunos, professores e servidores para as eleições da reitoria.

Uma bandeira histórica da UNE, a paridade nas eleições para os órgãos colegiados das universidades é uma forma mais democrática de decisão e, a decisão do Consuni da UnB abre caminho para que outras instituições adotem esse mecanismo.

Para a vice-presidente da UNE no DF, Claudia Maya, o próximo passo é “lutar para fortalecer a participação do estudante não apenas na escolha do reitor, mas no conselho universitário e em outras decisões importantes referentes às diretrizes da universidade. Este foi um primeiro passo de uma grande conquista, que devemos ampliar e servir como exemplo para que outras universidades públicas adotem a mesma postura”, completou Claudia.

Foto: Blog da Ocupação



Quero Saúde pra

Não tem jeito. Falar em saúde para a juventude é entrar em polêmica. Como abordar o tema e alertar para os malefícios do consumo de drogas, lícitas e ilícitas, sem cair no moralismo? Ou mais: como falar de questões referentes à sexualidade e dos riscos do sexo inseguro para pessoas que, em sua maioria, têm acesso à informação sem fazer um discurso carola?

Sem dúvida que é um desafio, mas o fato é que estas e outras coisas fazem parte da vida do jovem e é tapar o Sol com a peneira achar que a mera proibição ou a ausência de debates sobre esses temas vai resolver os problemas. *Movimento* – uma revista feita por jovens e direcionada aos jovens – traz à tona essa questão com o objetivo de dialogar de igual para igual e pautar debates que não podem ser escamoteados.

Por Fernando Pestana

“Estou aqui pra contar a história de alguém que sobreviveu e superou”, começa Sandra Cruz, ao contar o acidente de trânsito que mudou sua forma de ver o mundo. Era 13 de março de 2005, um sábado normal de expediente para quem, como ela, trabalhava no jornalismo de uma emissora de televisão, em São Paulo.

Saindo do trabalho, Sandra pegou uma sessão de cinema, mas a boa da noite era a Vila Olímpia, ponto concorrido da juventude paulistana. Ela e suas amigas ficaram algumas horas e, já de madrugada, saíram.



Gozar no Final!

No cruzamento da rua Estados Unidos com a avenida Europa, um carro em alta velocidade acertou o veículo em que Sandra estava, arremessando-a pela janela da porta de trás. Sandra ficou em coma por vinte dias, em estado gravíssimo. Sua recuperação foi vagarosa, ficou hospitalizada por 3 meses e ainda convive com resquícios físicos e emocionais da fatalidade.

O carro que provocou o acidente era guiado por um rapaz que voltava de uma festa à fantasia promovida pelos alunos da Faculdade Getúlio Vargas. Eram quatro da manhã e, segundo os relatos, o jovem estava embriagado.

“Foi um acidente que mudou completamente a minha vida. Comecei a tomar escolhas diferentes. Por conta de uma irresponsabilidade você pode destruir a vida do outro”, diz.

Casos assim são cada vez mais frequentes, em especial protagonizados por jovens que exageraram na dose. Dados da pesquisa “O estado da Juventude: Drogas, Prisões e Acidentes”, da Fundação Getúlio Vargas, mostram que os acidentes de trânsito já são a segunda maior causa de mortes externas entre os jovens, atrás apenas do homicídio. O estudo ainda mostra que os acidentes ocorrem quatro vezes mais entre os homens do que entre as mulheres.

A violência no trânsito traz, todos os anos, grandes prejuízos ao País e é tratada por especialistas como problema também de saúde pública. Segundo pesquisa desen-

volvida entre 2001 e 2003 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA são desembolsados cerca de R\$ 5,3 bilhões anuais com acidentes de trânsito em áreas urbanas. Faz parte desse tipo de cálculo a estimativa de perda na produção por causa das vidas abreviadas – calcula-se em R\$ 270 mil por pessoa.

Em 2004, o Ministério da Saúde estimou em mais de 35 mil os mortos no trânsito, sendo que os homens respondem por 81,5% dos óbitos. A pesquisa demonstrou que a juventude é a parcela mais afetada por esses acidentes, já que 52% das mortes são de pessoas entre 15 e 39 anos.

Mas o consumo excessivo de álcool não é problema apenas quando está em combinação com o volante. É a opinião de Florence Kerr-Correa, professora de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Unesp-Botucatu, que conduziu estudo sobre alcoolismo entre estudantes universitários. Ela destaca as faltas e atrasos no trabalho ou nos estudos, por exemplo, como problemas decorrentes da bebida e salienta: “a droga mais minimizada no Brasil é o álcool”.

Valente de ocasião

Quando se fala em problemas relacionados ao consumo excessivo de bebida, é usual pensar em doenças causadas pelo uso prolongado, como a cirrose, por exemplo. Contudo, às vezes o risco maior está num porre “inocente”. É o chamado comportamento exagerado. “Você

não é dependente, mas seu padrão de consumo é mais perigoso. Morre mais gente por beber dessa forma do que por complicações crônicas do álcool”, diz a professora. “As pessoas perdem o senso e entram em brigas que não entrariam normalmente. No IML, acidentes mais graves frequentemente têm álcool envolvido. Na faixa de 60%.” Fora os valentões de ocasião, ainda há os atropelamentos, as quedas, sem falar na “ressaca moral”, nome popular para o comportamento que causa constrangimentos posteriores.

A professora é consciente que uma postura moralista não terá sucesso entre os jovens e salienta que, em que pese o problema do alcoolismo ser uma realidade, a maior parte das pessoas respeitam seus limites. “É um erro achar que todo mundo faz igual [em referência a beber demais]. Apenas 25 ou 30% da turma faz igual. A norma é muito mais de beber menos do que mais. Aliás, nosso país é um país com muitos abstinentes”.

“Resolveram brincar de casinha e ganharam um boneco”

Keille dos Santos namorava há um ano e meio quando, “meio por comodismo”, resolveu morar junto com o parceiro. Na época, trabalhava em dois empregos, mas abriu mão de um deles para se matricular na faculdade.

O cavalo de pau nos planos de Keille veio com a notícia da gravidez, aos 20 anos de idade. De primeira, ficou para trás a faculdade. Logo em seguida, começaram

os problemas no relacionamento. “Ele achou que eu tinha engravidado de propósito, mas não foi. Eu tomava remédio intravenoso para a gastrite, o que afetou o efeito da pílula e propiciou a gravidez”, diz.

“Tira, que ainda é muito cedo para eu ser pai”. Essa foi a primeira reação do parceiro quando soube do resultado do teste, embora ela faça questão de lembrar que o pai, hoje, é presente e nunca se omitiu das obrigações com a criança. Mas ela, de família extremamente católica, não quis. “O impacto familiar de tirar seria ainda pior que a desestruturação do casamento”, alega. Nas palavras da mãe de Keille, em alusão à idade da filha quando engravidou: “Vocês resolveram brincar de casinha, agora ganharam um boneco”.

Keille fez sua escolha e não se arrepende. Mas para outras tantas jovens que gostariam de ter direitos sobre seu corpo e a reprodução, a lei brasileira é maldraça. A criminalização, segundo o próprio Ministério da Saúde, leva mais de duzentas mil brasileiras por ano a serem submetidas a curetagens, vítimas de abortos mal sucedidos.

“É cínico assumir que se mantermos a proibição atual estamos combatendo o aborto e podemos, assim, ir dormir tranquilos porque as jovens brasileiras estão a salvo desta prática criminosa”, diz Sonia Fleury, presidente do Cebes – Centro Brasileiro de Estudos sobre Saúde.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) acontecem 1,4 milhão de abortamentos por ano no Brasil, entre mulheres de 15 e 49 anos, sem contar aqueles permitidos pela legislação, como em caso de risco de morte da mãe ou estupro. Além disso, os índices de atendimento do SUS apontam para um crescimento de atendimentos obstétricos na juventude. Como exemplo: gravidez, parto e puerpério (período que vai do parto ao restabelecimento da mãe) são causas de 37% das internações de mulheres entre 10 e 19 anos (2003).

Para Sonia, “no país onde é crime [o aborto], esta jovem estará privada de uma informação confiável sobre condições

de segurança e qualidade, e do acesso a serviços públicos.

Se esta jovem for

rica, ela poderá ser melhor atendida em serviços privados. Se ela for pobre, terá que buscar meios de arranjar o dinheiro para comprar o remédio abortivo ou submeter-se a um “profissional” que atua em condições precárias e insalubres”.

Pobreza e machismo: combinação terrível

“O jovem, de uma maneira geral, tem dimensão de invulnerabilidade. [Ele pensa] ‘Quem transa sem camisinha e pega Aids são os outros, eu não’. É a cultura da invulnerabilidade. A preocupação maior é até com a gravidez do que propriamente com doenças”. A opinião é da professora Elen Rose Castanheira, da Faculdade de Saúde Pública da Unesp.

No entanto, ressalta a professora, no caso de doenças sexualmente transmissíveis há fortes componentes econômicos e também de machismo, combinação de efeito trágico para as mulheres mais pobres.

“A epidemia foi se deslocando. É maior nas camadas mais pobres e nas mulheres. Temos a pauperização e feminização da doença. Hoje a transmissão é principalmente heterossexual, com distribuição maior entre as mulheres”. Sobre o uso de preservativo, Elen não deixa dúvidas:

“as mulheres, mais do que os homens, têm dificuldades em incorporar o uso da camisinha, até na negociação na hora do sexo. O homem, na maioria das vezes, na nossa

cultura, dá a palavra final”.

A “relativização” do uso da camisinha não é fato isolado. Pesquisa da Ong Arco Íris, do Rio de Janeiro, feita numa amostragem de 150 jovens de idades entre 14 e 29 anos,





Fruto dos debates realizados nos últimos fóruns da entidade, a União Nacional dos Estudantes realizará, em 2008, uma caravana para discutir direitos sexuais e reprodutivos da juventude, além da proposta de reforma educacional da UNE e articular o movimento cultural entre os universitários. O lançamento da Caravana acontecerá no dia do Estudante, 11 de agosto, no terreno da entidade, na Praia do Flamengo, 132, e está prevista para ser encerrada no dia 27 de novembro, em Brasília.

Segundo Emival Dalat, coordenador da Caravana de Saúde, Educação e Cultura da UNE, "a idéia é fazer um debate social sobre temas que vêm afetando grande parte da juventude de nosso país, como os casos da violência no trânsito e do elevado número de mortes devido a abortos feitos em clínicas clandestinas".

Nas universidades em que passar, nas capitais dos 27 estados, a Caravana levará debates, peças teatrais sobre temas de saúde e fará distribuição de preservativos, cartilhas e panfletos de prevenção. A iniciativa conta com o apoio do Ministério da Saúde.

"O objetivo é formar multiplicadores desse debate, através das UEE's, Centros Acadêmicos, para que os estudantes desenvolvam os temas de acordo com as necessidades também das comunidades locais", finaliza Dalat.

mostrou que 51% já abriram mão do preservativo alguma vez por conta de negociação com o parceiro. "Isso tem a ver com relações de gênero, ou seja, relações de poder entre homens e mulheres, na qual prevalece a rejeição do homem pela camisinha e a submissão das mulheres aos riscos de contrair doenças", comenta Ana Costa, 2ª vice-presidente do Cebes.

De fato, nesse início de século 21,

a facilidade de acesso à informação nem sempre tem como correspondência um comportamento mais avançado. Talvez o problema central esteja na falta de oportunidades que frustra as expectativas de boa parcela dos filhos deste país.

Nas palavras da mensagem do Centro Brasileiro de Estudos sobre Saúde enviada à *Movimento*: "a insegurança, angústia e necessidade

Valorizar o SUS e diminuir as desigualdades

"Nesse ano especificamente o dinheiro total que gira em torno do setor privado de saúde ultrapassou o que gira no setor público", diz Emerson Rafael Lopes, coordenador regional da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem) nos estados de São Paulo e Paraná, preocupado com os rumos do caráter público da saúde no Brasil.

A migração de pessoas para planos privados tem sido cada vez maior, contribuindo para a fragilização do Sistema Único de Saúde. "A classe média e os estratos de maior condição estão indo para a saúde suplementar, enquanto a população mais pobre continua dependendo do SUS, que segue precarizado. E o pior é que toda essa parcela [dos planos privados] volta ao SUS para buscar atendimentos terciários, como transplantes, por exemplo", alega Emerson.

Opinião semelhante é apresentada por Helena Petta, consultora do departamento de gestão da educação na saúde do ministério. "Há dois caminhos diferentes, que dizem respeito à sociedade que queremos ter: um é o de todos quererem ter planos de saúde, entrarem nas escolas privadas, o que se aproxima do modelo de sociedade americana, baseado apenas no consumo. O outro é a gente agora realmente começar a construir um país com um sistema de saúde e um sistema educacional públicos com qualidade, que incluam todas as pessoas".

Emerson Rafael espera que o debate da Reforma Tributária possa ser um alento para o financiamento da saúde. "A luta é para que a Reforma Tributária cumpra papel de instrumento de distribuição de renda, diminuir as desigualdades e que faça o debate a partir dessa perspectiva de trazer mais recursos para saúde. Até porque toda a população acaba arcando com os planos privados já que há abatimento no imposto de renda".

"Todos estes problemas que a sociedade enfrenta, especialmente a juventude brasileira (o uso abusivo do álcool, a gravidez indesejada, a falta de discussão sobre sexualidade) relacionados à saúde, passam pela luta e pela construção de um sistema de saúde com qualidade, integralidade e equidade, que são os princípios do SUS, aprovados desde 88", conclui Helena.

de sobrevivência bem como uma cultura "globalizada" individualista e consumista corroem a generosidade e solidariedade e, sobretudo, a grandeza dos projetos dos jovens brasileiros". No entanto, a história do País mostra que tão grande ou maior que as dificuldades de cada tempo é a disposição da juventude para mudar tal realidade. Apesar de tudo, ainda há espaço para otimismo.

Uma brasileira pela paz

O Conselho Mundial da Paz terá pelos próximos quatro anos a paraense Socorro Gomes como presidente. Sua eleição aumenta a responsabilidade dos brasileiros na luta pela paz e contra a opressão.

O Brasil, um país de gente pacífica, como se divulga aos quatro cantos do mundo, aumenta seu protagonismo na luta pela paz mundial. Pela primeira vez desde que foi fundado, em 1950, o Conselho Mundial da Paz — CMP é presidido por uma brasileira, a paraense Socorro Gomes, presidente do Cebrapaz — Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz. A eleição aconteceu durante a realização da Assembléia Mundial da Paz, realizada entre os dias 8 e 13 de abril, em Caracas, na Venezuela. Também foi a primeira vez que o evento foi sediado na América Latina.

Eleita por aclamação, por cerca de 400 delegados de 82 países e mais de uma centena de entidades, Socorro disse que a presidência da CMP “é um dos maiores desafios que já assumi em minha vida de militante por uma humanidade livre das cadeias da opressão”.

Em seu primeiro discurso como presidente do CMP, na abertura da Conferência Mundial da Paz, em 11 de abril, Socorro declarou que assume a nova função com “o compromisso de dedicar o melhor de minha vida à causa do Conselho Mundial da Paz”.

Socorro Gomes substitui Orlando Fundora, fundador, ao lado de Fidel Castro, do Movimento 26 de Julho de Cuba. Ela fez uma



Socorro Gomes presidente do CMP

saudação especial a Fundora, afirmando, entre aplausos, que este “aportou (ao CMP) a força e a combatividade do heróico povo cubano”. O mandato de Socorro à frente do CMP é de quatro anos.

A presidente da UNE, Lúcia Stumpf, que estava no evento, reafirmou a importância dos jovens lutarem pela paz, “A humanidade está cada vez mais ameaçada, precisamos cessar já com o processo de guerras imperialistas que se alastram, por todo o mundo. Sem um presente de paz, não

haverá futuro possível para nossa geração, por isso a participação da juventude e dos estudantes no Conselho Mundial da Paz é de suma importância. O principal desafio da juventude é fortalecer a luta pela paz!”.

Causa nobre, caminho tortuoso

A nova presidente destacou o seu empenho em trabalhar em estreita colaboração com o Comitê Executivo do CMP, formado por 40 membros, seu Secretariado, com 13 membros, e os nove vice-presidentes, todos distribuídos pelos diversos continentes, e ainda com as organizações nacionais filiadas ao Conselho. “Nossa causa só será alcançada coletivamente”, afirmou.

Em seu discurso, a nova presidente avaliou que a luta pela paz no mundo de hoje “é nobre e elevada, mas o caminho é complexo e tortuoso”, em uma “situação mundial caracterizada pelas guerras de agressão”, onde “a ONU é instrumentalizada pelo imperialismo estadunidense”. Para a presidente do CMP, “a estratégia dos Estados Unidos tornou o mundo mais inseguro, elegeu como meios o terrorismo de Estado, a militarização do planeta e as guerras de agressão”.

Ao mesmo tempo, Socorro destacou o seu “otimismo histó-

rico”. Proclamou que “o imperialismo não é invencível e pode ser derrotado”. E frisou em particular a maré progressista que se espalha pela América Latina, que chamou de “Continente Rebelde”.

Para a nova presidente, “o CMP pode e deve se converter num pólo aglutinador” e “tornar-se uma mola propulsora da causa da paz”. O grego Anastassis Pafilis, eurodeputado pelo Partido Comunista da Grécia, foi reeleito secretário-geral do CMP. Os cargos do Conselho não são ocupados em caráter individual, mas sim como representação de entidades; assim, a rigor é o Cebrapaz que acaba de assumir a presidência da organização mundial.

Uma responsabilidade para o Brasil

A escolha de uma brasileira para presidir o Conselho Mundial da Paz é uma satisfação para o povo do Brasil e de toda a América Latina, mas, ao mesmo tempo, uma grande responsabilidade – a de honrar a confiança neles depositada, num momento

em que, talvez mais do que nunca nestes 68 anos, é necessário “fortalecer e transformar o CMP numa grande entidade de massas antiimperialista”, como afirmou a nova presidente.

Lúcia Stumpf reafirma esse sentimento, ao avaliar que “com a eleição de uma brasileira para a presidência do conselho, cresce nossa responsabilidade em fortalecer, no nosso país, as lutas em defesa de um futuro melhor e mais digno para todos”.

As bandeiras do CMP

Durante a Assembléia do Conselho Mundial da Paz foi aprovada uma carta de compromissos, que denuncia o imperialismo e suas ações belicistas e de ingerência na soberania dos países, “com ações arbitrárias e unilaterais, de violação dos

direitos humanos e dos povos”, em particular o imperialismo praticado pelos Estados Unidos. “O CMP denuncia o crescimento do gasto militar, cuja responsabilidade recai, em primeiro lugar, sobre os EUA. O CMP exige cortes substanciais nos gastos militares e a resignação dos recursos para os gastos sociais, incluindo o de bem-estar social, educação e habitação”.

Olhando para os países que hoje encontram-se em situação de guerra e ocupação “CMP exige a retirada de todas as tropas estrangeiras, assim como a devolução da soberania ao povo a esses países”.

E termina sua carta compromisso conclamando a “todas as organizações e movimentos de nível nacional, regional e internacional, a estarem preparados para trabalhar e lutar em defesa da paz contra os planos imperialistas, para unirmos nossas vozes e ações por um mundo de paz, igualdade, justiça e solidariedade”. Para ler a íntegra da Carta de Caracas acesse o site do Cebrapaz (www.cebrapaz.org.br)





Por Daniele Moraes

O movimento estudantil não é mais o mesmo. Assim, o velho clichê que por vezes foi empregado na tentativa de depreciar a ação política dos estudantes pode ser utilizado, enfatizado e reforçado, mas agora como uma importante vitória. Isso porque as mudanças que a universidade e, conseqüentemente, o movimento estudantil atravessam no Brasil são positivas e históricas. Estamos falando da entrada de estudantes oriundos da escola pública no Ensino Superior, da inclusão de setores que jamais sentaram em bancos acadêmicos, da representatividade dos estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos na graduação e na articulação de novas lideranças estudantis no País.

A invasão iniciou-se em 2005, quando muitos estudantes passaram

a ter a chance de disputar e ocupar o seu espaço nas salas de aula das universidades, após a implementação do Programa Universidade para Todos, criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro daquele ano. Até agora, o Programa já beneficiou aproximadamente 300 mil estudantes e ao longo da sua implementação enfrentou e derrubou os argumentos que tentavam impedir a participação dos estudantes, formados na educação pública, na universidade. A alegação era de que a iniciativa feria o conceito de isonomia constitucional, rebaixaria a qualidade dos cursos e, conseqüentemente, a qualificação dos profissionais formados. Com o tempo e as avaliações feitas, comprovou-se justamente o contrário.

Foram levantadas hipóteses que afirmavam que o estudante admi-

do pelo Programa teria um desempenho inferior, devido à falta de preparo adequado em sua formação básica. Possibilidade que todas as pesquisas já mostraram ser infundada. O próprio Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) comprova que em todas as áreas do conhecimento as médias obtidas pelos bolsistas foram superiores às dos demais estudantes avaliados.

“Com isso, comprova-se que estamos no caminho correto para promover uma verdadeira virada na capacidade de estabelecer um caminho de desenvolvimento para a universidade pública, ainda que com uma série de limitações”. Essa é a opinião de Augusto Chagas, presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Para ele, todos os argumentos utilizados

pelos setores conservadores para resistirem ao debate sobre a questão das cotas, da reserva de vagas e até mesmo do ProUni estão derrotados. “Todas as vagas são disputadíssimas e conquistadas por mérito individual desses estudantes. Portanto, o que essas políticas fazem é garantir que essas parcelas da sociedade consigam disputar, porque antes nem isso era possível. E ainda são elementos pequenos dentro da demanda brasileira, principalmente no Ensino Superior”, afirma.

Recentemente, até mesmo uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) foi movida pelo Partido Democratas e pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confen), no Supremo Tribunal Federal (STF), contra o ProUni. A ação pedia a declaração de inconstitucionalidade da lei que criou o Programa, afirmando que violaria os princípios da igualdade e do devido processo legal substantivo contidos no artigo “5º, “caput”, I e LIV, da Constituição. Os impetrantes consideram que “não é legítimo, no nosso ordenamento, que se reservem vagas no Ensino Superior, para preenchimento com base na condição sócio-econômica do aluno ou em critério racial”. Felizmente, já no início de abril, o ministro do STF, Carlos Ayres Britto, apresentou voto favorável ao sistema, sendo esta a primeira manifestação oficial de um ministro do Supremo sobre o sistema de cotas em universidades.

A vivência da transformação social

Frente a essas mudanças sociais, o impacto da entrada dos estudantes do ProUni nas universidades gera transformação e o movimento estudantil só tem ganhado com isso. Para dar conta das novas demandas

apresentadas pelo conjunto dos universitários, as entidades estudantis têm se organizado ainda mais e promovido ações direcionadas também aos bolsistas do ProUni, que apresentam suas bandeiras e reivindicações particulares.

Entre as principais iniciativas, merecem destaque, até o momento, a realização dos Encontros dos Estudantes do ProUni de São Paulo e do Rio de Janeiro. As atividades, realizadas pela União Estadual dos Estudantes dos respectivos Estados, com o apoio da UNE, foram precedidas de dezenas de reuniões preparatórias dentro de cada universidade privada participante do Programa, e reunindo os bolsistas e demais interessados para conhecer de perto as suas experiências, opiniões e reivindicações.

Em cada encontro preparatório, os estudantes puderam formular e expor suas dúvidas e ajudaram a construir documentos importantes que foram entregues diretamente ao Ministro da Educação, Fernando Haddad. As cartas elaboradas pelos bolsistas do ProUni de São Paulo e do Rio apresentaram a posição dos estudantes, com propostas

importantes e reivindicando ajustes pontuais, servindo para nortear e pontuar as necessidades de aperfeiçoamento do Programa.

Conquistas dos estudantes

Entre as conquistas relacionadas diretamente à proposta feita pelos alunos, Augusto Chagas destaca a preparação por parte do Ministério de uma cartilha com orientações para o estudante vinculado ao Programa, chamada de “Manual do bolsista”. Lançada, em março de 2008, ainda em uma versão eletrônica, que será testada e aprimorada e posteriormente impressa, a cartilha foi uma reivindicação do encontro paulista, realizado em 24 de novembro de 2007, na capital.

“É uma cartilha bem explicativa, que passa por uma série de pontos, reivindicações e problemas que a gente havia apontado e que estão expressos agora de forma clara e objetiva, expondo os critérios. A cartilha veio como resposta da cobrança que fizemos por mais informação, uma questão essencial. É um ganho concreto do encontro da cidade de São Paulo”, ressalta o presidente da UEE-SP.




Fernando Haddad, ministro da Educação, no 1º Encontro do ProUni, realizado em São Paulo

Fotos: Vandrê Ferrandós



Segundo anunciado, o MEC também está iniciando um projeto piloto, em conjunto com universidades privadas do Distrito Federal, que tem como objetivo estabelecer uma dinâmica de realização de reuniões de cooperação técnica, entre o Ministério e as coordenadorias do ProUni nas universidades. Seriam reuniões de acompanhamento para esclarecer dúvidas sobre o programa e acompanhar a forma como as Instituições estão lidando com os estudantes do ProUni. A informação dada pelo Ministério é de que, após os testes iniciais, o projeto será implementado em todas as regiões do Brasil ainda este ano. Além disso, a coordenação do ProUni realizou uma reformulação das suas apostilas técnicas para informar melhor as secretarias das Instituições de ensino a respeito dos critérios do Programa, combatendo o despreparo de algumas universidades no tratamento com os estudantes – fator também apontado pelos alunos nos encontros promovidos pelas UEE's e pela UNE.

Fala Rio de Janeiro



Já na capital carioca o encontro aconteceu no dia 29 de março de 2008 e também teve excelente repercussão, com a participação de mais de 2 mil estudantes no dia da atividade e atingindo cerca de 5 mil em todo o seu processo de construção. No Estado, 29.546 alunos têm bolsas do ProUni, dos quais, 26.454 têm bolsas integrais e 3.092, bolsas de 50%. Durante a atividade, realizada na cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, o Ministro Fernando Haddad contou

aos alunos um pouco da história do ProUni e ressaltou os bons resultados obtidos por eles no Enade. “Existem forças políticas no País que não dizem, mas que são contra o acesso da população à universidade”, afirmou na ocasião o Ministro.

Ao final da atividade no Rio de Janeiro, os estudantes também entregaram ao Ministro um documento, a “Carta de Nova Iguaçu”, que entre outras reivindicações apresentava: mais clareza de critérios e informações sobre o programa, regulamentação única para as instituições de ensino participantes do programa, incentivo de ingresso em cursos de pós-graduação e fim da exigência de comprovação de renda anual.

Em relação ao aprimoramento do Programa, os encontros também foram importantes ao relatarem as experiências, dificuldades e desafios enfrentados pelos estudantes, ajudando a propor alternativas e sinalizando os caminhos que precisam ser percorridos.


Entre os principais pontos de relevância destacados pelos estudantes está a necessidade de uma política efetiva de assistência estudantil para o bolsista. Uma vez que partimos do princípio de que aquele estudante não teria condições financeiras de entrar em uma universidade é necessário que se garanta de fato a viabilização de sua permanência até a conclusão do curso.

Neste aspecto as dificuldades enfrentadas pelos estudantes de maneira geral e por toda a sociedade brasileira se agregam. Os problemas relacionados ao transporte, emprego, habitação e alimentação se somam, no caso do estudante bolsista, à dificuldade de aquisição do material escolar, de conciliação de trabalho e estudo, de falta de acesso ao lazer e à cultura.


Por isso, as entidades estu-

dantis, lideradas pela UNE, têm reforçado junto ao Ministério da Educação e demais órgãos públicos ligados à educação a necessidade de criação de uma bolsa complementar de assistência estudantil também para o estudante matriculado no Ensino Superior privado. Além da defesa histórica do movimento por verbas destinadas aos estudantes das universidades públicas.

Atualmente, existe uma Bolsa Permanência para o bolsista do ProUni, no valor de até R\$ 300,00 mensais, mas que é concedida somente aos estudantes com bolsa integral, matriculados em cursos presenciais com no mínimo 6 (seis) semestres de duração e cuja carga horária média seja superior ou igual a 6 (seis) horas diárias de aula – cursos caracterizados como de “período integral”.



Segundo Daniel Iliescu, presidente da União Estadual de Estudantes do Rio de Janeiro, a imensa maioria dos estudantes cariocas valoriza o Programa e apresentou relatos emocionantes durante as atividades lá desenvolvidas. “Muitos alunos são, em sua família, a primeira geração a entrar na universidade. Mas há também problemas e críticas concretas, como a questão da assistência estudantil, que me parece a mais aguda. Porque o ProUni dá o acesso, mas é lógico que a permanência, que é como o estudante vai aproveitar a graduação, é outro processo. Então,




achamos fundamental que o Programa pense sobre isso e proponha mecanismos que garantam a permanência e a conclusão do curso por parte dos bolsistas”, lembra.

Rafael Chagas, diretor de políticas educacionais da UNE, também ressalta a questão informando que as taxas de evasão dos estudantes do ProUni são altas. “A assistência estudantil sempre foi um tema central e uma bandeira histórica do movimento, inclusive com o Plano de Assistência Estudantil da UNE, que prevê 200 milhões por ano para o auxílio à permanência do estudante na universidade”, informa.

Entretanto, destaca Rafael, sempre foram formuladas propostas de assistência para o Ensino Superior público, não havendo até agora um casamento desta pauta com o ensino privado. “Essa proximidade com os estudantes do ProUni nos levou estudar mais o tema para saber como reivindicar um plano de assistência estudantil também no setor privado de Ensino Superior. Afinal, a educação ainda é vista como um luxo e não como um direito. Por isso, a gente luta por um sistema nacional que tenha regras iguais para a educação pública e privada”, diz.

Novas bases na relação com o Movimento Estudantil

Após as atividades realizadas com os bolsistas, é possível afirmar que, além das conquistas pontuais e da relevância simbólica e estratégica de articulação com os estudantes, os encontros dos estudantes do ProUni aproximaram os universitários bolsistas do movimento estudantil ao compartilharem e expandirem sua atuação.

Para as lideranças do movimento estudantil é fácil notar as transformações promovidas pelo ProUni dentro das universidades e



o impacto social desta iniciativa deve começar a ser sentido com a formação, neste ano, da primeira turma de estudantes

que ingressaram na universidade exclusivamente em função do Programa. A expectativa geral é de ver o processo de inclusão social desses estudantes completo, com uma entrada mais qualificada no mercado de trabalho e a conquista de novas possibilidades e realizações, tanto na vida profissional, quanto pessoal.

O presidente da UEE-RJ acredita que o Programa vem desempenhando um papel importante ao mudar a composição social dentro da universidade e trazer outros atores e pessoas de origens diversas para o Ensino Superior. “As políticas públicas de inclusão são importantes para a gente buscar remediar um processo de exclusão histórico. Não é o que resolve, mas é necessário para a gente promover uma inclusão progressiva”, afirma Daniel Iliescu.

Na mesma direção, Augusto Chagas tem convicção de que hoje as políticas de inclusão são muito bem sucedidas e representam um impacto

muito concreto de transformação social. “Isso é inegável e nosso papel é resistir a essas opiniões contrárias, que aparecerem e vão, naturalmente, sempre reaparecer. Temos é que nos manter firmes e levantar alto a bandeira de que tais medidas são necessárias para garantir a promoção social no nosso país”, afirma o presidente da UEE-SP.

Lições e planos para 2009

Como lição de casa até o momento fica para o movimento estudantil brasileiro a certeza de que a aproximação das lideranças com os estudantes que fazem parte do Programa Universidade para Todos é de fundamental importância. Por isso, a iniciativa de reprodução dos encontros locais em diversas regiões do Brasil é muito valorizada. “Vários Estados têm reproduzido a iniciativa e eu tenho a impressão de que a gente caminha para conseguir finalmente realizar um primeiro encontro nacional dos estudantes do ProUni. Seria uma vitória muito importante do movimento estudantil”, conclui Augusto Chagas.



Estudante bolsista lê carta de reivindicações no Encontro do ProUni



reformar a universidade de Norte à Sul

Por Flávia Calé*

Um traço permeia a história da educação brasileira desde seus primórdios: o antagonismo entre público e privado. São comuns na história de nosso país políticas e práticas reveladoras do interesse manifestado por certas classes e/ou segmentos sociais — de apropriação privada do bem público, o que na maioria das vezes ocorre às expensas e sob a cobertura de políticas ditas de Estado.

É em torno da contradição entre público e privado que tem girado a disputa pelo estabelecimento de marcos regulatórios da educação nacional. Desde a criação das primeiras universidades, que o setor privado tenta garantir maior liberdade e isenção face às restrições e limites colocados pelo poder público.

A prevalência dos interesses privados nas discussões da pauta educacional abriu caminho para a imposição de sucessivos marcos regulatórios contrários à ideia de um sistema educacional íntegro e articulado, a

serviço dos interesses maiores do país. Foi assim durante o governo Jango, quando uma nova Lei de Diretrizes e Bases foi aprovada a partir do projeto substitutivo de Carlos Lacerda, articulando os interesses do capital privado na concessão pública para a exploração da educação e nos famigerados acordos MEC/USAID, impostos a partir do sufocamento de todos aqueles que se opunham às suas medidas tecnocráticas e liberalizantes. Vencida essa batalha, os interesses privados iriam impor seu controle sobre a educação por mais de três décadas.

Anos 90: o apogeu dos interesses privados

Os anos 90 significaram para a educação brasileira o agravamento desse quadro de predomínio dos interesses privados. Nunca antes esse setor conseguiu prevalecer tão explicitamente sobre o interesse público no Brasil. A noção de educação como concessão pública e atividade de sentido estratégico para o País acabou relegada a segundo plano, com graves

conseqüências para o futuro de nosso sistema de educação superior.

Nesse período, a lógica neoliberal de desmantelamento do Estado e de seus aparatos mergulhou a Universidade Pública em uma grave crise de financiamento. Sob o argumento de que era necessário priorizar os investimentos no Ensino Básico (que hoje vive uma situação de calamidade), os governos de FHC desvalorizaram o Ensino Superior público e gratuito e exercitaram a estratégia de estrangulamento financeiro, levando à dependência do mercado — acarretando perda de autonomia e riscos para o exercício de sua missão principal.

Os recursos das IFES na era FHC foram reduzidos em 15%. De 1994 a 2001 caiu de 0,87 para 0,40% — ou seja, pela metade — a participação do PIB no financiamento das universidades. Anos se passaram sem a



promoção de uma política de expansão e interiorização massiva do ensino público e sem investimentos adequados em desenvolvimento tecnológico e manutenção de instalações. Recursos para investimentos em bibliotecas, laboratórios e equipamentos foram de R\$ 310 milhões, em 95, para R\$ 91 milhões em 2000. A corrosão salarial e a inexistência de planos de carreira adequados levaram à precarização do trabalho docente e à conseqüente perda de recursos humanos altamente qualificados.

Já o setor privado jamais viveu época melhor. No final dos anos 90 as vagas em instituições particulares alcançaram mais de 70% da oferta total. A ação dos chamados "tubarões" do ensino adquiriu maior liberdade com a redução drástica dos instrumentos de controle público sobre a educação privada. Abriu-se

uma avenida para a circulação do capital internacional nas instituições privadas, acarretando graves riscos à soberania de nosso país sobre seu sistema educacional.

Desafios da educação na "era" Lula

Foi para reverter esse quadro que forças políticas e sociais renovadoras se aglutinaram em torno da candidatura Lula em 2002 e 2006. Embora vitorioso, o programa de mudanças encontra-se cotidianamente submetido às pressões e proposições de diferentes atores sociais, cuja capacidade de intervenção pode aprofundar a idéia de um projeto nacional na área de educação ou, ao contrário disso, desviar o governo de seus objetivos iniciais.

A resultante desse processo de pressões e contra-pressões tem sido até aqui positiva e pode ser resumida na idéia de resistência. Em primeiro lugar por estancar a "sangria" provocada pelas políticas neoliberais, proporcionado ao Ensino Superior uma gradativa recuperação. Vista a situação de conjunto, podemos afirmar que, apesar de ainda estarmos muito distantes do

projeto de ensino superior de nossos sonhos, a Universidade brasileira já não mais se encontra "na UTI".

No primeiro mandato, passos importantes foram dados no sentido do cumprimento do programa eleito. Teve início um processo de expansão e democratização do Ensino Superior a partir da criação e interiorização das universidades federais, da contratação de novos professores e da implantação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que hoje atende quase 400 mil jovens.

Outra medida importante foi a criação do Sistema Nacional de Avaliação Institucional (SINAES), que se propõe a avaliar as instituições de ensino a partir da avaliação das instituições / condições de oferta dos cursos / desempenho dos estudantes. Ao consolidar um novo paradigma avaliativo, mais democrático, multilateral, moderno e eficiente, o SINAES – que ainda precisa ser implementado na íntegra – pode vir a ser um instrumento imprescindível para o controle social sobre a qualidade do Ensino Superior.

Mas é possível que o maior mérito do primeiro governo Lula nessa área tenha sido mesmo o de ter deflagrado um amplo debate sobre a Reforma Universitária, com grande participação da sociedade e das entidades do setor acadêmico. Como fruto desse debate surgiu o Projeto de Lei nº. 7200/06, que ficou conhecido como o "PL da Reforma Universitária".

O projeto define o Ensino Superior como "bem público" e trás consigo avanços importantes, com destaque para a consolidação de instrumentos de financiamento capazes de proporcionar às universidades um horizonte mais estável, transparente. Avança em pontos como a autonomia (concedida apenas para as universidades, e não para centros universitários e faculdades isoladas) e a regulamentação do



ensino privado. Institucionaliza os Planos Nacionais de Pós-Graduação e limita a 30% a participação estrangeira no capital votante das instituições. Por fim, o PL abarea elementos de uma política de emprego para jovens mestres e doutores – em particular a exigência de percentuais definidos destes na composição do corpo docente de universidades, centros universitários e faculdades.

Possível apenas em função do amplo e democrático debate travado em torno da sua construção, o PL 7200/06 enfrenta hoje no Congresso Nacional forte resistência do setor privado, que tem operado para paralisar sua tramitação. A tática utilizada foi a da apresentação de centenas de emendas, quase todas de sentido contrário ao do espírito do projeto.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

O cenário do segundo mandato do governo Lula é marcado pela tentativa de impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento econômico e social, buscando a superação das seqüelas neoliberais em nosso país.

É nesse mesmo contexto que o Ministério da Educação (MEC) lança

o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), composto de uma série de medidas relativas tanto à educação básica quanto à superior. Fruto da tentativa de dar resposta a um dos principais compromissos assumidos nas eleições de 2006, o PDE surge em um momento mais favorável à luta pela Nova Universidade. Não apenas pelo ambiente de maior abertura e diálogo democrático, mas também porque amplos setores da população brasileira – trabalhadores, gestores públicos, empresariado – começam a acordar para os estragos trazidos à educação pela era neoliberal. Fica cada vez mais claro para todos que sem educação de qualidade os indivíduos ficam excluídos e as empresas perdem em produtividade e competitividade. Não à toa, a educação tornou-se um tema permanente e destacado na agenda política nacional.

Com o PDE o governo busca aliar ações de ampliação e democratização do acesso, à medidas de reestruturação das IFES. Entre as principais encontra-se o Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (REUNI), que vem causando reações e muito debate no seio da comunidade acadêmica.

Através do REUNI, o governo pretende recuperar materialmente e com recursos humanos as instituições federais. O núcleo do Programa reside em uma ousada política de expansão de vagas na graduação, com foco na criação de cursos noturnos. Acompanhado disso, fortalece a política de combate à evasão, com a implementação do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Ainda estimula as universidades a reformularem suas estruturas acadêmicas nos marcos da autonomia universitária, de forma a ampliar a formação do aluno – evitando a especialização precoce –

e a promover maior integração entre currículos e entre cursos, abrindo novos horizontes ao exercício da interdisciplinaridade.

O REUNI tem grande importância para o debate sobre a Reforma Universitária. Primeiro, porque democratiza o acesso ao saber superior, antes privilégio de poucos, o que pode resultar em mudanças significativas na composição social das universidades, tornando-as ainda mais capazes de dialogar com os principais problemas enfrentados pelo povo. Segundo, porque o REUNI estimula a transformação das estruturas acadêmicas de acordo com a vocação definida por cada instituição federal.

Com as discussões em torno do PL 7200/06 paralisadas no Congresso Nacional, o governo redireciona seus esforços tentando implementar reformas por dentro, isto é, a partir do interior das próprias instituições de ensino. Esse é talvez o grande mérito do REUNI.

No setor privado, o PDE tem iniciativas importantes, como a edição de cartilhas informativas aos estudantes e instituições do PROUNI, novos critérios para as bolsas e políticas de primeiro emprego através de parcerias como as realizadas com a Caixa Econômica Federal. Em relação ao FIES (Fundo de financiamento ao estudantes do Ensino Superior), as inovações são bastante significativas. Amplia-se o prazo para seis meses para início do pagamento do empréstimo, cria a figura do fiador solidário, propiciando os estudantes serem fiadores entre si, passa a atender os estudantes da pós-graduação e inicia uma articulação com o PROUNI.

O caminho para a Nova Universidade

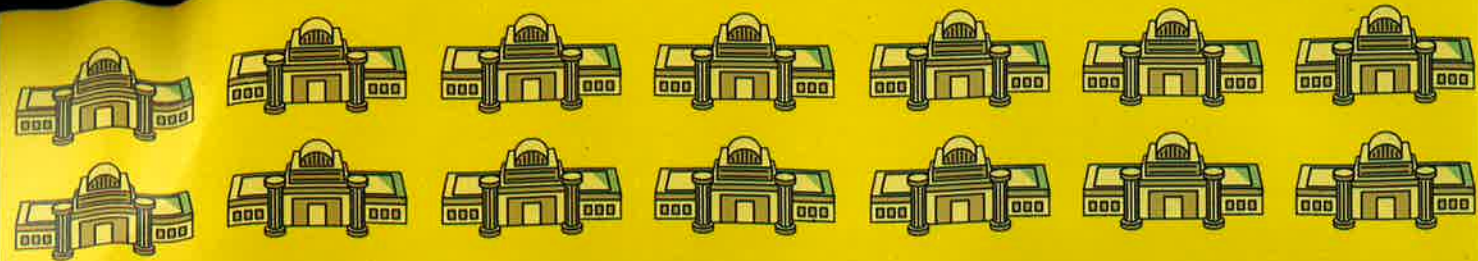
O PL 7200 e o PDE representam

dois importantes instrumentos da luta por uma nova política de Estado para o setor educacional. Resgatar o PL da Reforma e fazê-lo tramitar no Congresso Nacional, garantindo a subvinculação orçamentária dos recursos para a educação superior (três quartos dos 18% do orçamento da União constitucionalmente vinculados às IFES) deve ser o primeiro passo, pois o financiamento ainda é um ponto de estrangulamento das IFES e ele é crucial num momento de ampliação de vagas e de medidas para combater a evasão.

É necessária a construção de uma ampla frente de parlamentares e dos movimentos educacionais que consiga fazer o enfrentamento com a bancada dos “tubarões” garantindo a regulamentação do funcionamento das instituições privadas e aprovação do artigo 3º do PL 7200/2006, que trata a educação como um bem público.

Devemos seguir na luta pela implementação imediata de algumas das medidas através de iniciativas do Executivo, como na questão da autonomia universitária e a limitação a 30% da participação do capital estrangeiro nas IES.

Quanto ao PDE e, em especial, ao REUNI, é preciso ser mais ousado nas proposições no interior das universidades. É de fundamental importância fortalecer a política de ampliação de vagas através da criação de novos cursos – inclusive os voltados à formação de professores, dada a grande carência de professores para o ensino básico. Entretanto, alguns mecanismos do Programa precisam ser repensados. O REUNI ainda carece de um marco legal, que garanta seu caráter de política de Estado para além de um mero programa governamental, tornando-se necessário aprofundar o debate quanto ao financiamento, avançando as formulações que temos a partir do PNE



(Plano Nacional de Educação).

Estamos diante de um processo de reforma na educação e o movimento social precisa ser mais protagonista. Construir um amplo movimento em defesa da escola pública e da qualidade do ensino pode ser um caminho importante para a formulação de novas respostas para o atual momento da educação, o que só será possível com a necessária unidade de ação por mudanças estruturais no setor educacional.

Por uma reforma profunda da Universidade

A grande virtude de iniciativas como o PDE e o PL 7200 é a de colocar o debate educacional no centro da agenda política do país. Mas a estrutura de ambos não permite que sejam considerados verdadeiros projetos de Estado, pois não tratam de questões estruturais, mas apenas de ações conjunturais e focalizadas. Falta-lhes caráter sistêmico, com objetivos, metas e eixos como as que temos no PNE. É preciso interligar as diversas áreas de Estado, visando atingir resultados não apenas quantitativos, mas também qualitativos.

A universidade brasileira precisa conhecer uma profunda reforma das estruturas acadêmicas. Sem prejuízo da formação técnica e habilitadora, a universidade deve assumir forte compromisso com a cultura humanística, abordando o ensino de forma generalista e interdisciplinar. Para isso, muito contribuiria a implantação de ciclos básicos na graduação. Além de nivelar o conhecimento entre os estudantes que tiveram menos

condições de acesso a uma formação qualificada, os ciclos básicos podem garantir um conhecimento menos fragmentado.

Para alcançar plenamente seus objetivos, a implementação de ciclos básicos deve ser acompanhada do fim do sistema departamental de organização. Os departamentos reforçam a política de “feudos acadêmicos” e representam enormes entraves ao efetivo exercício da interdisciplinaridade do conhecimento, bem como à possibilidade de criação de novos campos do saber a partir do maior diálogo entre as diversas áreas científicas.

É possível construir uma Universidade efetivamente criativa, livre da educação de caráter escolástico, que construa novas formas de aprendizado, valorizando atividades extra-sala-de-aula como a pesquisa, a reflexão coletiva, o debate, a cultura, o esporte, a extensão.

É possível um modelo radicalmente diferente de formação universitária, que articule de forma inovadora o ensino, a pesquisa e a extensão, capacitando o estudante a “aprender a aprender”. Tais características são fundamentais neste mundo cada vez mais interligado e móvel, chamado por muitos de “sociedade do conhecimento”. Rápido em suas transformações e caracterizado por ambientes complexos e dinâmicos, marcados pela competitividade e pelo risco, esse novo ambiente traz novos e grandes desafios, e é para eles que a Universidade brasileira precisa estar voltada.

Bibliografia

As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. Brasília: Cadernos do ANDES, agosto de 2007.

COLIGAÇÃO A FORÇA DO POVO. Lula Presidente – Programa de governo 2007-2010. São Paulo, 2006. 31 p.

CUNHA, Luis Antônio. A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas.

São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luis Antônio. A universidade crítica: o ensino superior na república populista. São Paulo: Editora UNESP, 2007

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, 2007.

Revista Movimento nº 6. São Paulo, janeiro de 2003.

Revista Movimento nº 9. São Paulo, outubro de 2003.

Revista Movimento nº 12. São Paulo, junho de 2005.

* *Diretora de Universidades Públicas*



ESQUENTANDO OS TAMBORINS DA 6ª BIENAL

Tudo começou em 1999, na cidade de Salvador. Pode-se dizer que emblematicamente ali a UNE fazia sua reaproximação com o movimento cultural que rola nas universidades do País com a realização da 1ª Bienal de Cultura, Arte e Ciência da UNE.

De lá para cá a Bienal foi crescendo, se fortalecendo, dando frutos – o CUCA –, tornou-se um evento internacional e já é um dos maiores festivais de cultura direcionado para jovens na América Latina.

A próxima edição volta à Bahia depois de 10 anos. A 6ª Bienal da UNE acontecerá em Salvador e seus preparativos já estão de vento em popa.

A coordenação do evento está sob responsabilidade de Luis Parras. Veterano das Bienais, Parras acumula uma extensa experiência na organização de Bienais. Um grupo de trabalho composto pela UNE, UEB – União dos Estudantes da Bahia e as secretarias estaduais de Cultura, Educação, Turismo, Ciência e Tecnologia e Relações Institucionais do governo da Bahia já foi formado.

A expectativa é que a Bienal reúna

mais de 15 mil estudantes de várias partes do País e até do exterior.

O diretor de cultura da UNE, Rafael Simões esclareceu que o objetivo do grupo de trabalho é produzir um relatório que irá desenhar todas as atividades da Bienal.

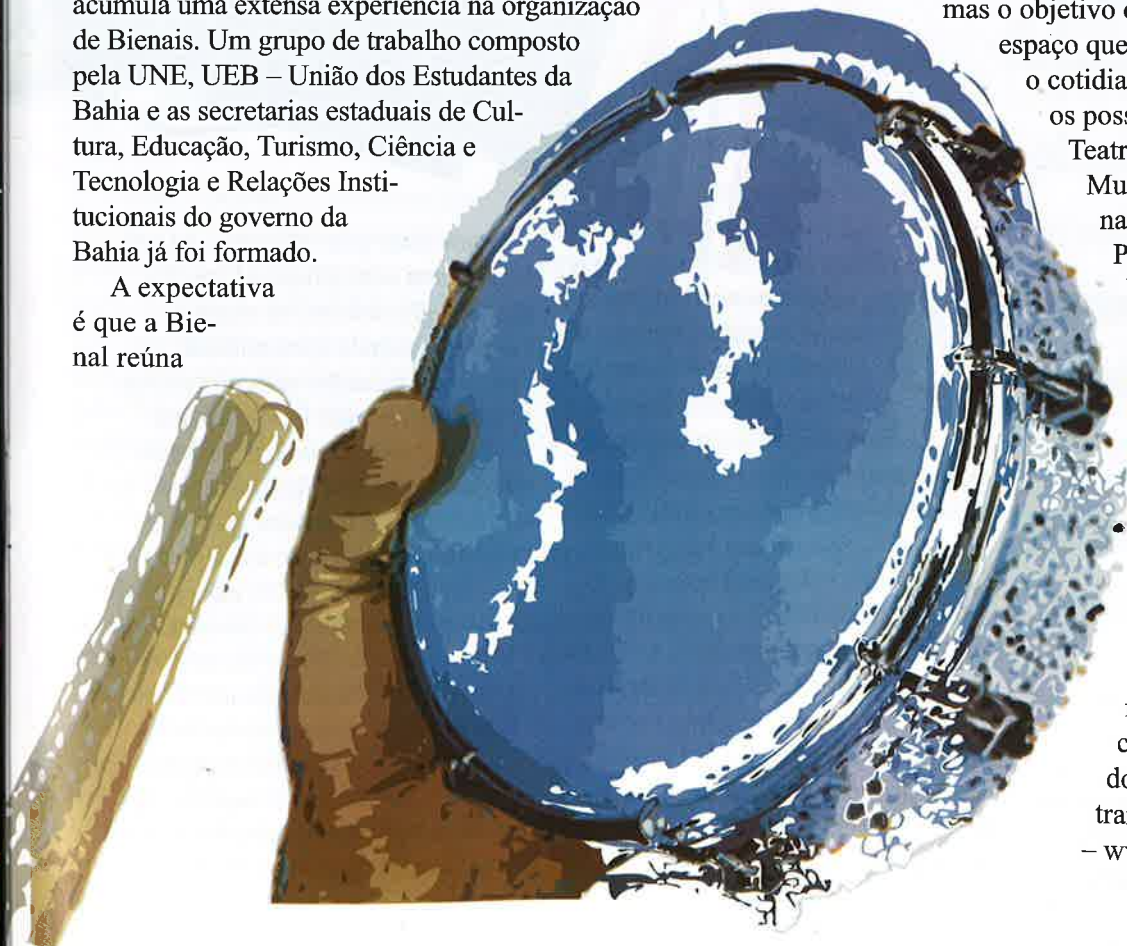
A previsão de Rafael é que a próxima edição da Bienal seja lançada oficialmente em julho e, desta vez terá como tema a formação do povo brasileiro, envolvendo música, artes cênicas e outras manifestações culturais com o objetivo de incentivar a produção cultural nas escolas e universidades brasileiras.

O local que abrigará o evento em Salvador ainda não foi definido pela Diretoria de Cultura da UNE, mas o objetivo é a escolha de um

espaço que seja integrado com o cotidiano da cidade. Entre os possíveis locais estão:

Teatro Castro Alves, Museu de Arte Moderna (MAM), Passeio Público, Teatro Vila Velha, Faculdade de Belas Artes da UFBA e Farol da Barra.

Fique ligado e se prepare para participar da Bienal. Informações sobre inscrições, programação e outras notícias sobre o maior encontro da cultura universitária do País você encontrará no Estudantenet – www.une.org.br



A NOVA PARADA DE SUCESSOS

Propiciada pelo ingresso de novas tecnologias, a música independente tem ocupado cada vez mais espaço.

Aos poucos, a cena musical se modifica e faz ruir o modelo que se sustentava, apenas, na indústria fonográfica

Por Renata Mielli

Até bem pouco tempo atrás, as músicas top 10, os hits que tocavam no rádio e ocupavam os espaços na televisão, faziam parte da elite musical que conseguia um lugar ao sol na praia dos poucos selos fonográficos que dominavam o mercado nacional e internacional. O cerco aos artistas era total. Produzir um disco era uma façanha para poucos e só se tornava viável se alguma gravadora topasse patrociná-lo. O círculo se restringia aos já poucos escolhidos e o espaço para o novo ficava praticamente esmagado.

Para furar esse bloqueio, os que faziam seu som independente das grandes gravadoras, as *majors*, caíam na estrada apresentando ao vivo o seu trabalho autoral, resistindo e sobrevivendo heroicamente.

Essa história teve um ponto de virada com os avanços da tecnologia. Os computadores cada vez mais potentes e a internet rápida logo foram a ferramenta para que os músicos independentes começassem a virar o jogo em cima das gravadoras. A partir da década de 90, os selos independentes começaram a ganhar muita força, principalmente por causa da revolução digital. Os instrumentos baratearam, fabricar e gravar discos ficou mais barato.



“Toda a discussão em torno da questão independente se ampliou muito por conta das mudanças tecnológicas. A visibilidade maior que um artista consegue ter pela internet, com o Myspace, Orkut, pela Tramavirtual, independentemente da chancela da grande mídia, possibilita que vários possam ser conhecidos”, diz Talles Lopes, músico, sociólogo e produtor cultural em Uberlândia, organizador do festival Jambolada e membro de várias entidades culturais, do Espaço Goma, das Casas Associadas e do Cuca da UNE.

O músico e diretor da Trama João Marcello Bôscoli avalia que “tudo acabou conspirando, no bom sentido, para a situação

que vemos hoje: um mercado um pouco mais civilizado e não mais aquela situação em que só há uma grande corrente e quem não está nela não existe. Era como se não houvesse uma classe média: ou você estava no topo ou não estava em lugar nenhum”.

O show ao vivo é onde as coisas acontecem

A cada dia, milhares de novos artistas surgem na rede mundial de computadores para apresentar o seu trabalho. Nesse mar, também há obstáculos para serem enfrentados na busca de mais visibilidade. “São os contrapontos, as ações e reações do processo. Antes havia muita dificuldade

de passar pelo crivo das poucas *majors*, o gargalo estava aí. Agora mudou, todo mundo tem acesso”, constata João Marcello, que vê de forma veemente o bom e velho show ao vivo a maneira de se destacar. “Eu continuo achando que o grande caminho é fazer apresentações ao vivo, esse relacionamento direto dos artistas com os fãs é uma coisa muito importante. Depois disso, as bandas têm que encontrar maneiras criativas de se destacar e encarar a internet como uma grande aliada”, sugere.

Para quem quer cair na estrada independente, a melhor trilha é seguir em direção às dezenas de festivais independentes que acontecem por todo o Brasil. Tem o Calango em Cuiabá, o Rock Feminino em Rio Claro, o Jambolada em Uberlândia, o Mimo em Olinda, o Demo Sul em Londrina, Humaitá Pra Peixe no Rio de Janeiro, o Madá em Natal, o Bananada em Goiânia, o Porão do Rock em Brasília, e muitos outros. Ao todo são 26 festivais reconhecidos pela Associação Brasileira de Festivais Independentes.

Talles Lopes explica que a Abrafin encontrou algumas regras para determinar o que seriam os festivais independentes: a continuidade, a realização anual, o número de bandas regionais na grade, o número de bandas que não fazem parte de grandes gravadoras e nem são vinculadas aos grandes meios de comunicação.

Associativismo musical

Se a introdução das novas tecnologias significa uma quebra de paradigma do ponto de vista da circulação de bens culturais, significa também uma quebra de paradigma no processo de articulação. “Sempre existiu o artista

que fazia a sua música em casa, mas agora, nesse século XXI, esses pequenos começaram a se articular melhor, com o surgimento de uma série de redes associativas como o exemplo da Abrafin. Os próprios artistas começam a trocar mais figurinhas entre si, procurando se organizar de forma coletiva, com o surgimento de associações de músicos como aconteceu em São Paulo, onde há a Cooperativa da Música. Tem o circuito Fora do Eixo, que é uma articulação nacional de coletivos locais, onde os artistas postam suas notícias e têm uma loja onde colocam seus discos para serem vendidos. Tem o Espaço Cubo, em Cuiabá; que é um coletivo de artistas, de produtores, de comunicadores; tem o Goma aqui em Uberlândia, que também é uma associação de artistas que tocam um espaço cultural; tem o Catraia, em Rio Branco; o Fôrceps em Sabará.

Há um movimento associativista em curso no campo da música que nunca aconteceu. Antes o paradigma era muito individualista “vou fazer o meu trabalho, conseguir emplacar numa gravadora”. Naquele esquema, o outro artista era inimigo. Hoje, esse universo da música independente é pautado por ações na sua maioria coletivas. Então você saiu de um paradigma que era individualista para um paradigma mais comunitário”, avalia Talles.

Sempre na vanguarda

Apesar de ter mais força hoje, a música independente sempre teve papel importante no mercado musical. Segundo João Marcello, foi da cena independente que surgiu a maioria dos grandes movimentos de música do século XX. O *rock n'roll*, o *reggae*, o *rhythm'n'blues*, a música eletrônica, o hip-hop começaram numa cena independente, até a *disco music* que é muito ligada a coisas grandiosas também começou numa cena independente. O que acontece, conta Bôscoli se referindo ao comportamento das gravadoras com relação à música independente, é que “as *majors* historicamente esperam as coisas acontecer e vão atrás depois”.

Talles concorda e destaca que as grandes gravadoras de olho nesse mercado já estão criando sub-selos para tentar fugar esses artistas que vem surgindo, como a Som Livre, que criou o Som Livre Apresenta, e a Universal que criou um sub-selo que chama Seven.

A grande mídia à espreita

Se por um lado os grandes meios de comunicação não são o canal de divulgação do trabalho independente, por outro eles estão antenados no movimento, aguardando o surgimento de algum novo sucesso.

João Marcello Bôscoli avalia que as rádios e as TV's *mainstream* observam a cena independente, mas continuam vivendo do que já está consagrado. “Isso é um modelo de negócio. O cara não vai arriscar a audiência dele no sábado à noite para testar uma coisa nova. Não dá para cobrar do Faustão que ele seja o porta voz das coisas novas, mas é preciso encontrar meios das pessoas terem o direito de existir. O papel de fomentar, de descobrir, de lançar, fica mesmo para o mercado independente, que é onde eu gosto de trabalhar. A gente tem o programa Trama Virtual no Multishow. Lá, as bandas vão acontecendo e, se alguma explodir, ela vai acabar indo para a TV aberta. Mas, o que é legal, hoje, é que isso não é obrigado, se não acontecer beleza, você pode continuar tendo a sua vida”.

Para Bôscoli, “a indústria musical como nós conhecemos acabou. O modelo de ter seis *majors* dominando o mercado com artistas que fazem sentido no mundo inteiro é uma coisa que hoje ficou pequena perto do que fora. O novo *mainstream* é ultra fragmentado, com dezenas, centenas, milhares de bandas participando. A parada de sucesso mudou. Antes tinha um curral que dominava as rádios e os programas de televisão. Isso se rompeu. A qualquer momento pode aparecer uma coisa como Cansei de Ser Sexy que virou o vídeo mais acessado da história do YouTube em determinado momento. Não é uma coisa que se fabrica, as fórmulas todas caíram”.

Essa mudança está diretamente relacionada com a existência dos novos meios de circulação da música. Hoje, num volume muitas vezes maior do que antes, a música está integrada no cotidiano das pessoas. “Uma série de mídias que não tinha



João Marcello
Bôscoli

música passou a ter: os telefones, os computadores, os videogames tinham uma música quase protocolar (*turururururi*) e agora têm música de verdade. O *player*, que antes era um cassete ou um *discman*, hoje é o MP3, o pen-drive, o iPod. A música passou a ser experimentada, curtida e ouvida, em lugares que a gente não imaginava”, observa João Marcello.

De acordo com levantamento realizado pela InStat, empresa americana especializada em pesquisas e análises do mercado hi-tech, em 2012 as vendas digitais de música responderão por 40% do movimento global da indústria fonográfica. De acordo com os números da companhia, em 2007 os formatos digitais representaram 10% do total do mercado global de música, 4% acima do ocorrido em 2006.

O futuro será multiformatos

Para além das incansáveis especulações sobre o futuro do CD, o mais produtivo é reconhecer o surgimento de novos meios de circulação e encontrar o lugar de cada um no mercado musical. A Trama Virtual é uma das principais observadoras desse processo e procura tirar conclusões práticas para potencializar a circulação do trabalho de seus artistas. Recentemente, fez uma divulgação do Download Remunerado, plataforma na qual o usuário baixa a música de forma gratuita, mas o artista recebe por meio de patrocínio um valor toda vez que sua música é baixada. Para isso, distribuiu em jornais de grande circulação um CD com a marca Trama, convidando as pessoas a entrarem no site, fazerem o download de músicas e montar seu próprio CD.

João Marcello explica que a divulgação procurou mostrar

que “a ruptura com esse modelo não é total, continuamos vendendo discos nas lojas enquanto as pessoas quiserem e dando uma ênfase no mundo digital, dizendo “ô gente! É isso aqui agora”. É importante registrar que sempre falamos que o futuro iria ser multiformatos. Então, se eu falo que é multiformatos não posso negar o CD, senão eu seria contraditório e, nesse caso, não seria uma boa contradição. Creio que as mídias vão conviver de maneira positiva. Por exemplo, um jeito de consumir Aerosmith é comprando o videogame Guitar Heroes, que vai sair agora, o outro jeito é ouvir no rádio, o outro é baixar no seu celular, outro é ouvir no CD, outro é baixar no iTunes”, aponta.

Sobre a polêmica de que o

download de músicas pela internet prejudica o artista ele argumenta “essa discussão de que a internet atrapalha a venda foi uma discussão que as *majors* plantaram e que não faz o menor sentido. Se há uma mídia que pela primeira vez na história converge promoção, produção e venda é preciso aproveitar ao máximo.

Talles destaca que iniciativas como esta da Trama, de artistas que passam a disponibilizar faixas de álbuns ou álbuns inteiros em suas páginas, como o Radiohead que colocou os seus discos na rede e disse “pague o que quiser”, como o Nine Inch Nails, o Coldplay, entre outras, são soluções para enfrentar essa realidade e, ao mesmo tempo, continuar remunerando o artista.

Portais “Fora do Eixo” e “Myspace”





Se caírem a bicha pega, Se ficarem a bicha come.

Procurando o... CINEMA BRASILEIRO

A subjetividade que envolve qualquer diálogo sobre o cinema não pode ser desprezada. Muito pelo contrário. Ela é essencial. É preciso levar em consideração que são justamente os fatores imponderáveis que dão toda a vitalidade ao tema e expressam de maneira mais verdadeira a árdua tarefa da produção cinematográfica. Traduzir um pensamento, produzir uma idéia, torná-la pública, abdicar do domínio de interpretação e submeter uma história a avaliações diversas – esse parece ser, em certa medida, o caminho dos cineastas.

Por Daniele Moraes e Vandré Fernandes



Inácio Araújo, crítico de cinema do Jornal “Folha de São Paulo”, desde 1983, recebeu a revista *Movimento* para um bate-papo descontraído sobre a relação do Brasil com o cinema contemporâneo. Ele iniciou seu trabalho na área como assistente de direção de Ozualdo Candeias, no filme “A Herança”, em 1970. De lá para cá foi assistente de montagem, montador, dedicou-se à escrita de roteiros e também foi diretor.

Formado em um tempo em que o cinema guardava ainda seu prestígio e efervescência no Brasil, conviveu com os maiores cineastas que o País já teve. Para Inácio, o cinema é um diálogo profundo entre criador e criação. É arte. Deixa transparecer seu entusiasmo com as questões nacionais, caracterizado por um doce tom de voz, que não pode ser de fato expresso em palavras, mas que transborda na valorização do cinema, na discussão de sua importância social e convicção da necessidade de ótima formação, cultural e técnica, para os futuros profissionais de cinema no Brasil. Inácio Araújo falou dos desafios das produções nacionais, sobre a televisão brasileira, e sobre as perspectivas e contradições desse ofício caro, raro e apaixonante de levar sonhos às telas.

Como você vê o Brasil hoje no cinema?

O cinema é uma arte nascida como uma arte popular. Paradoxalmente, ele é uma arte industrial e ao mesmo tempo feita por pessoas que vinham, em grande medida, da experiência popular. Ela é historicamente algo voltada para o povo. Eu acho que o Brasil constituiu algumas coisas interessantes – apesar de todos os problemas que o cinema sempre teve aqui – como a chanchada, que solidifica a presença do cinema junto a uma população pobre e pouco alfabetizada.

Era esse o público que tínhamos no Brasil. Hoje, o cinema não é mais uma diversão popular. É uma diversão muito cara, e se endereça a um número muito menor de pessoas. Isso trouxe ao cinema brasileiro uma crise. Quando vem o Collor, já se estava mergulhado nessa crise. O Collor só deu um pontapé final, digamos assim. O cinema muda a partir do final dos anos 70, com o cinema americano, sobretudo, que é o que nos baliza. Os cinemas mudam, muda o modo de distribuição, muda tudo. O que você tem hoje é basicamente um cinema sem espectadores. Então é muito difícil. Ficamos numa situação mais ou menos assim: a pessoa faz o filme, que é uma diversão popular, de massa, que é para ser vista por um número grande de pessoas, e as pessoas não vêem. Não existe interesse pelos filmes. Não existem condições, até mesmo de marketing, para saber o que as pessoas querem ver. No cinema americano, os caras (produtores) não se mexem sem saber muito bem o que as pessoas vão querer ver. Eles investem 100 ou 200 milhões de dólares num filme. E desses 100 milhões, 50 (milhões) são para marketing e publicidade. Não adianta, não tem como concorrer com isso.

Hoje em dia se fala muito da chamada estética da miserabilidade no cinema nacional. Até que ponto isso é de fato uma forma de refletir a nossa sociedade, as condições do nosso país, ou apenas uma maneira de despertar o interesse dessa parcela mínima da população que ainda frequenta o cinema e fazê-la sair de casa para ver um filme?

O que me parece problemático é o seguinte: sim, quem vai ao cinema é uma classe média. A questão é que



Fotos: Vandré Fernandes

MEIRO

o Brasil é um país de tanta exclusão que não existe quase a possibilidade de convivência (entre) a classe média e a população pobre. Você não sabe quem são as pessoas pobres. E é até interessante que elas (classe média) se preocupem com isso. É claro que, de repente, as pessoas só acreditem que o potencial do pobre é ser criminoso. Então, todo mundo vai ver “Cidade de Deus”. Já, quando você faz o “Falsa Loura”, que vai na alma dos proletários, dos operários, ninguém vai ver. É muito mais difícil.

Aconteceu comigo uma coisa outra dia. Eu perdi uma bolsinha com uns documentos. E me liga uma moça e diz: eu encontrei a sua bolsa. Ela é “cenorinha”. Cenorinha é varredora de rua. Eu marquei um lugar com ela. Nos encontramos e eu cheguei (agradecido) e dei um beijo nela. A gente conversou um pouco e quando nos despedimos ela disse: “ai, obrigada pelo beijo! Porque as pessoas não nos vêem habitualmente”. E eu fiquei tão abismado porque de fato é verdade. As pessoas não olham as outras. E talvez o cinema seja um lugar que nos permita isso. Acontece que o Brasil tem um falso lugar de ver que é a televisão. Pela televisão você acaba não vendo, você pensa que vê, mas a televisão é um lugar de cegueira. Não sei se isso é da televisão ou da maneira como se faz. Mas eu acho que o cinema é uma arte que permite esse reconhecimento de nós pensarmos: quem é essa moça. A verdade é que vivemos em bolsões. Mas eu acho que o cinema seria um lugar de reconhecimento. É claro que você precisa ter uma troca para ter um cinema saudável. Porque no mais, o cinema fica a alucinação que o Fernando Meirelles tem do que poderia ser a Cidade de Deus, entendeu? Onde o cara foi por meia hora, 30 dias, 60 dias. Isso é ridículo. Então, você tem que ter essa troca. Não é que qualquer um que



more na favela só por ter uma câmera possa fazer um filme. Mas na favela pode ter o cara com o talento de um Cartola. Mas precisa se manifestar. A música não custa nada, o cinema custa. É complicado. O problema é que no Brasil esse setor de cinema se tornou uma coisa muito elitista, muito. Para fazer filme você tem que ser o Walter Sales, o irmão do Walter Sales, o cara que faz comercial. É claro que é falseado. E o que você acaba vendo é muito pobre, entendeu? Em relação à complexidade de um país como o Brasil, é pouco e pobre.

Nós podemos afirmar que hoje a produção que mais reflete a realidade do país é a que é feita no nordeste?

Eu não sei. Acho que varia. O “Cidade Baixa” eu acho um filme comum, não me interessa muito. O “Céu de Suely” o cara é Francês, não tem experiência de lá (Nordeste) nenhuma. E o filme não me interessa. As pessoas dizem que é muito bom, mas eu não acho. É um filme meio banal, (que) tem uma ótima atriz. Agora, tem esses pernambucanos

do “Cinema, Aspirinas e Urubus”, e aquele grupo que fez o filme do Cangaço - “O Baile Perfumado”, que conhecem muito bem cinema. Tem também o Beto Brant e outros que demonstram talento. Não é uma distinção entre São Paulo ou Rio Grande do Sul. O que tem que se distinguir é: o cara conhece ou não conhece? Qual é a relação que ele tem? Porque ligar uma câmera e pedir para um fotógrafo iluminar qualquer um faz. Dirigir ator? Você mais ou menos sabe. Não é aí que está o problema. O problema está na relação que você tem com essa arte. Quando você pega um cineasta, que só fez curta-metragem e que está fazendo um longa agora, que é o Eduardo Valente, ele conhece profundamente a coisa. É diferente. Os curtas dele são diferentes. Você tem essa coisa paradoxal de que os maiores cineastas brasileiros, por uma razão ou por outra, são todos velhos. O Eduardo Coutinho, o (Júlio) Bressane são os grandes caras. Não quer dizer que os outros sejam ruins. É que é tão difícil. Quando esses começaram e se formaram havia um chão onde pisar. Hoje esse chão é muito complicado. Claro há a possibilidade de crescer, mas é difícil. Por isso, que o nosso cinema é um problema nacional tão profundo, que vem lá do começo do século 20. Para equacionar a questão do cinema, é preciso equacionar a questão do País.

Você falou sobre a elitização do cinema. A questão da inclusão digital, da presença do formato digital no cinema, tem um viés de democratização de acesso ou não?

A minha impressão é a seguinte: o fato da câmera ser acessível a todo mundo não significa que a escrita seja acessível para todo mundo. A máquina fotográfica todo o mundo pode ter, mas você ser o (Henri)

Cartier-Bresson é outra coisa, né? A minha impressão é (de) que você pode ter a possibilidade de produzir a baixo custo, maravilha. Mesmo que isso não seja filme. Porque quando você vai passar disso para filme é uma fortuna também. Mas enfim, pelo menos vai existir uma coisa ali naquele formato, qualquer que seja. Agora não basta ter esse instrumento, é preciso ter um conhecimento da coisa. Cinema não brota da terra. Não é que nem capim-cidreira, que vai nascendo ali na estrada. Não é assim. É uma cultura, você (tem que) saber, conhecer. É uma conversa. Claro que pode haver algum primitivismo e tal, mas não vai muito longe.

Existia (no Brasil) uma cultura cinematográfica que foi perdida. E hoje em dia essas pessoas vêem televisão. A televisão isola. No cinema se tinha um contato, conversava, ia ao bar depois. E como faz para recuperar isso? Bota no currículo escolar? A França fez isso. Mas será que a gente vai fazer? Nunca, cá para nós, nunca. Porque para isso você tem que começar a mudar a escola pública. Porque hoje ela existe como um depósito de pobre. A idéia é de que enquanto o cara tá lá ele não está consumindo drogas, não está assaltando. São esses clichês que nos preenchem.

Muita gente está fazendo hoje um cinema inteiramente digital, inclusive a sua projeção, e há quem veja isso como uma saída para o cinema. O que você acha?

O mundo muda. Não vou dizer que é para melhor. Eu não sei. É uma questão a pensar. Não quero dar uma opinião definitiva, mas eu não levo, em principio, a ferro e fogo essa história. Mas precisa saber o que você está perdendo. É bom saber, não pode perder essa relação. Ah, que beleza, digital, uma maravilha, e vai fazendo qualquer porcaria.

No Brasil a influência da TV na cultura é enorme. Como você vê a questão em relação ao cinema?

O Walter Dust era um escritor de televisão muito importante, escreveu novelas como “Gabriela” e outras. Ele dizia que o nosso grande problema era não ter tido uma cultura cinematográfica forte, constante (no Brasil). (Por isso) quando a televisão entrou, ela entrou com muita força. Levando muitos talentos que poderiam ser cinematográficos. Essa história de termos uma televisão que todo mundo diz que é boa, na verdade é uma desgraça. Porque uma televisão ruim é a melhor coisa que pode existir para um País. A televisão espanhola é

uma porcaria. Por quê? Porque você tem a pintura na Espanha, literatura e tem até cinema. Idem a França. Acho que a televisão não é uma arte. A televisão é um veículo, é uma coisa feita para vender. É uma máquina de vendas. Você vende produtos através da televisão. O conteúdo dela pode ser cinematográfico, pode ser próximo do cinematográfico, mas (ela) não é em si.

Os filmes “Globo Filmes”, que são grandes bilheterias, trazem hoje esse formato da televisão para o cinema, pois parecem mini-novelas, não é? O que você acha disso?

É aí nos vamos entrar num terreno muito complicado, porque a Globo, mal ou bem, seja a favor ou contra, é algo ou uma Instituição que se pensa nacionalmente, pensa estrategicamente as questões brasileiras. Você pode concordar ou não. Mas a Globo tem uma visão estratégica, acho até que é nacionalista. Talvez eles possam fazer uma transferência boa. Eu não acho impossível, mas só podem pensar em termos de TV, (de) ampla comunicação. Eu não sei se essa é a melhor maneira de conceber o cinema. Acho que é uma maneira de onde se pode tirar alguma coisa, mas não pode se tornar a única.



A Amazônia é Nossa!

Rio Renato, no município de Itaúba, Mato Grosso

estudante

A luta do

tem endereço

PORTAL OFICIAL DE ESTUDANTE NET

Reforma Universitária!

UNE UDES

12:26h | 23/7/2007

PRIMEIRA VISITA BOLETIM ELETRÔNICO FAÇA CONTATO LINKS BUSCA

NOTÍCIAS

Movimento Estudantil
Movimentos Sociais
Educação
Cultura
Política
Estágio
Geral
Inclusão Digital

UNE ON LINE

História
Linhas de Atuação
Perguntas Frequentes
Fale com o Presidente
Transparência 100%
Agenda
Diretoria
Downloads

UBES ON LINE

História
Linhas de Atuação
Fale com o Presidente
Diretoria
Downloads

SEUS DIREITOS

Ouidoria do estudante
Perguntas Frequentes
Mensalidades
Nota Entrada
Contato Procon

ENTREVISTAS ESTUDANTIS

Estrutura

PUBLICAÇÕES

Cartilha Cuce
Cartilha CAS/DAs
Revista Movimento
Jornal da UNE
Jornal Plug da UBES

CAMPANHA

Loja Virtual
Postos de carteira

LEVENTE DO BUSSETE: estudantes protestam contra reajuste de passagem

Confira a programação de shows, oficinas e debates da 5ª Bienal da UNE

5ª BIENAL DE ARTE, CIÊNCIA E CULTURA DA UNE

Começa sábado (27), a 5ª Bienal de Arte, Ciência e Cultura da UNE. O festival, que se estenderá até 2 de fevereiro, acontece no histórico bairro da Lapa, no Rio. O EstudanteNet divulga a programação completa. São mais de 60 oficinas e 40 debates, boa parte das atividades concentradas na Fundação Progresso. Para animar cada noite, um grande show: Martinho da Vila, Beth Carvalho, Lenine, Los Sabozos Postizos, Hank Vascotto, Si Aye, Dý Marlboro, Jongo da Serrinha, Orquestra de Berimbau e Ponto de Espetáculo.

Protesto contra tarifas de ônibus na Bahia

Prefeitura de Salvador pretende reajustar passagem de ônibus de R\$1,70 para R\$2,00. Movimento estudantil pede desoneração dos transportes

Diário de Bordo do Fórum Social Mundial

Vice-presidente da UNE, Louise Caroline Viejou para a África onde representa a entidade no FSM, Acompanha pelo EstudanteNet o seu "Diário de Bordo"

FSM: marcha de abertura reúne 15 mil

Encontro pretende marcar entrada da agenda africana no movimento mundialista. Objetivo não é conquistar mais solidariedade, mas fortalecer o continente

Projeto Rondon inicia Operação 2007

Repórter do EstudanteNet embarcou na última sexta (18), junto com cerca de mil estudantes, para mais uma operação do Projeto Rondon, na região Amazônica

ENTREVISTA EXCLUSIVA: Hank Vascotto
Entrevista com melhor percussionista do mundo, que fará show na 5ª Bienal, no dia 29 de janeiro

ENTREVISTA EXCLUSIVA: Ondjaki
Escritor angolano que participará de debate da 5ª Bienal, no dia 30, fala no EstudanteNet sobre literatura, África e Brasil

EM FOCO

Veja o vídeo de campanha da UBES - "Solidariedade: Faça esse palavra acontecer"

CAMPANHA

Disk Mensalidades -

GERAL EDUCAÇÃO MOVIMENTOS SOCIAIS

ULTIMAS CULTURA POLÍTICA ESTÁGIO

21.01 - 5ª Bienal: Na bagagem, Paraíba leva 14 trabalhos
21.01 - UNE e UBES marcam presença no Fórum Social Mundial
20.01 - Delegação gaúcha arrecada verba e fecha ônibus para o 5º Bienal
19.01 - Cúpula do Mercosul reúne presidentes no RJ
18.01 - UBES lança campanha em favor da solidariedade
18.01 - 5ª Bienal realiza Seminário Nacional de Inclusão Digital
17.01 - Prefeitura de Rio Interdita terreno da UNE invadido ilegalmente
17.01 - RS, PE e SC organizam ônibus rumo à 5ª Bienal
17.01 - Justiça manda universidade entregar diploma à aluna inadimplente

O PORTAL DE INCLUSÃO SOCIAL DA UNE

NET REPÓRTER ESPECIAIS SUGESTÃO DE PAUTA

www.estudantenet.com.br



União Nacional
dos Estudantes